

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DEINER LUCIAN BARILI

**“UMA CASA PARA SEMPRE”:**  
DO TOMBAMENTO AO RESTAURO DO CASARÃO DOS VERONESE (FLORES DA  
CUNHA- RS, 1986-2017)

PORTO ALEGRE

2018

DEINER LUCIAN BARILI

**“UMA CASA PARA SEMPRE”:**

DO TOMBAMENTO AO RESTAURO DO CASARÃO DOS VERONESE (FLORES DA  
CUNHA-RS, 1986-2017)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt

PORTO ALEGRE

2018

DEINER LUCIAN BARILI

**“UMA CASA PARA SEMPRE”:**

DO TOMBAMENTO AO RESTAURO DO CASARÃO DOS VERONESE (FLORES DA  
CUNHA-RS, 1986-2017)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt – orientador (UFRGS)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Weber (UFRGS)

---

Dr<sup>a</sup>. Letícia Brandt Bauer

Porto Alegre

2018

## RESUMO

Este trabalho realiza uma análise do processo de construção de memórias relacionada ao bem material edificado Casarão dos Veronese, localizado no distrito de Otávio Rocha, município de Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul. Sua construção está vinculada ao processo de imigração italiana no nordeste gaúcho, iniciado no final do século XIX, uma vez que o prédio está entre as primeiras habitações construídas na região que ainda existem. Tendo sido tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande do Sul pelo CPHAE (atual IPHAE) no ano de 1986 e passado por um processo de restauração entre os anos de 2015-2017, o objetivo central desta pesquisa foi analisar as condições que tornaram possíveis tais atos, identificando, assim, as suas motivações e os principais valores ativados para isso. Entendendo o ato de preservar patrimônio material como uma maneira de construção de memória, e levando em consideração que as memórias sempre são constituídas a partir de preocupações do tempo presente, buscamos analisar as memórias construídas desde o momento do tombamento do bem até o seu recente restauro, assim como seus usos, sendo possível identificar o trabalho de enquadramento da memória exercido e seus agentes. Para isso, utilizamos como fontes o processo de tombamento, reportagens jornalísticas, uma entrevista oral e a análise da solenidade de inauguração.

**Palavras-chave:** Memória, Patrimônio, Etnicidade, Imigração italiana, Flores da Cunha, Casarão dos Veronese.

## ABSTRACT

The present paper performs an analysis of the process of construction of memories related to the building named as Veronese's Big House, located in the district of Otavio Rocha, city of Flores da Cunha, in Rio Grande do Sul (Brazil). Its construction is linked to the Italian immigration process in the northeast of the state, started at the end of the 19th century, once that the building is among the first houses built in the region. As the building was listed as Historic and Cultural Heritage of the state of Rio Grande do Sul by the CPHAE (current named as IPHAE) and underwent a restoration process between 2015 and 2017, the central objective of this research was to analyze the conditions that made such acts possible, thus identifying their motivations and the main values activated for that. Understanding the act of preserving material patrimony as a way of constructing memory, and taking into consideration that memories are always constituted from the preoccupations of the present time, this research sought to analyze the memories constructed since the moment that the building was listed as Historical and Cultural Heritage until its recent restoration, as well as its uses, being possible to identify the work of framing memory. For this, as historical sources the process that listed the building as Historical and Cultural Heritage, newspaper reports, an oral interview and the analysis of the reopening ceremony of the building.

**Keywords:** Memory, Historic Heritage, Ethnicity, Italian immigration, Flores da Cunha, Casarão dos Veronese.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa 1.....	23
Figura 2 – Mapa 2.....	23
Figura 3 – Fotografia 1.....	37
Figura 4 – Fotografia 2.....	38
Figura 5 – Fotografia 3.....	38
Figura 6 – Fotografia 4.....	61
Figura 7 – Fotografia 5.....	61
Figura 8 – Fotografia 6.....	61

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2. A CONSTRUÇÃO DO CASARÃO DOS VERONESE.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO NORDESTE GAÚCHO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 OS VERONESE E O CASARÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>3. DO TOMBAMENTO AO RESTAURO.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 O TOMBAMENTO.....</b>	<b>25</b>
<b>3.2 O RESTAURO.....</b>	<b>35</b>
<b>4 AS MEMÓRIAS SOBRE O CASARÃO DOS VERONESE.....</b>	<b>39</b>
<b>4.1 A ENTREVISTA DE UM JOVEM DESCENDENTE DE ITALIANOS.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2 A SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>62</b>
<b>6. LISTA DE FONTES PRIMÁRIAS.....</b>	<b>65</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>68</b>

## 1 – INTRODUÇÃO

Os primeiros lampejos desta pesquisa iniciaram-se por volta de dezembro de 2016 quando, na época, estava à procura de um tema para o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em História e deparei-me com uma notícia a respeito da liberação de verba para o restauro de um bem edificado tombado a nível estadual e localizado na cidade de Flores da Cunha (RS).

O espantoso é que, mesmo sendo estudante de História, um dos poucos do município, e ter interesse na área de Patrimônio Histórico, até então a existência de um bem edificado tombado pelo governo estadual em Flores da Cunha era desconhecida para mim. A partir desse momento, na busca por maiores informações, percebi que, apesar da abundância de material jornalístico ao longo destes anos, trabalhos acadêmicos tematizando o bem eram praticamente inexistentes. Diante disso, surgiu o desafio de iniciar esta pesquisa e entender os elementos que estiveram relacionados com o tombamento (1986) e o restauro (2015-2017) do Casarão dos Veronese.

Com isso, penso que seja de fundamental importância levar em consideração os estudos de Funari e Pelegrini (2009) a respeito de um tema central para este trabalho, que é o patrimônio histórico e cultural. Segundo os autores (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 10-13), a aparição desta noção está relacionada com a história da Roma Antiga, através do surgimento do direito privado de suas camadas aristocráticas. Nesse contexto, surge o conceito de *Patrimonium* que englobava as possessões dos pais de família que poderiam ser concedidas como herança para seus descendentes através da utilização de testamento. Na sequência, a noção sofreria modificações com o passar o tempo sendo que, durante a Idade Média, estaria vinculada à religião católica através da monumentalização de igrejas e valorização de relíquias religiosas e, mais tarde, relacionada ao colecionismo nos anos do Renascimento.

Contudo, é na Idade Moderna que ocorrem as transformações mais significativas para o assunto que interessa a este trabalho. De acordo com Funari e Pelegrini (2009, p. 13-16), o surgimento dos Estados-Nações inaugura a noção atual de Patrimônio Histórico e Cultural, através do caráter coletivo que o termo passa a carregar consigo. A formação dessa estrutura social e política é acompanhada de um processo de invenção, de criação de seus membros. Nas palavras de Funari e Pelegrini (2009, p. 16), “O Estado Nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua, uma cultura, uma origem e um território”. Desta maneira, o patrimônio, imbuído de um caráter coletivo de Patrimônio Nacional comum a todos os cidadãos, vai auxiliar no processo de construção das identidades nacionais.

Tendo suas noções modernas configuradas na França a partir da Revolução Francesa, onde inaugura-se a prática de utilizar uma legislação para preservar o patrimônio material edificado, essa visão de patrimônio passa a espalhar-se pelo mundo e, apesar da existência de códigos de leis com tradições distintas (direito latino e direito consuetudinário), culmina em uma visão convergente que vê o patrimônio como (1) um bem material de valor para a nação, (2) um bem necessariamente considerado belo e excepcional e (3) com necessidade de leis e institutos para exercer sua preservação e salvaguarda (FUNARI E PELEGRINI, 2009, p. 15-21).

Assim, ao analisarmos um caso de tombamento de um bem material edificado no município de Flores da Cunha, temos em mente que a noção de Patrimônio Histórico e Cultural foi moldada com o passar dos anos e teve vínculos diretos com seus contextos históricos. Portanto, a investigação do momento em que o bem edificado é tombado torna-se imprescindível para compreender o ato. Contudo, ao mesmo tempo, não se deve ignorar a trajetória da construção desse conceito, mas sim estar atento para sua mutabilidade.

A partir do que foi colocado, passamos a entender o ato de preservar edificações materiais através de legislação também como um movimento de tendências globais, e não exclusivo de poucos países. Dessa maneira, pensamos que é necessário, além de estar atento ao contexto local do tombamento, analisar as tendências gerais que vêm afetando a área, extraindo do diálogo entre o macro e o micro um entendimento mais adequado de cada caso. Nesse sentido, um movimento que não pode ser ignorado é o aumento crescente do número de bens materiais que passam a ser tombados mundialmente, a partir da década de 1960, e que estimula uma série de intelectuais a buscarem explicações para tal movimento.

Nesse cenário, no livro *A Alegoria do Patrimônio*, Françoise Choay busca entender o fenômeno denominado por ela de *inflação patrimonial* inaugurado a partir da década de 1960 e representado pelos tombamentos em excesso. Para a autora, tal acumulação representa uma tentativa de criar uma “identidade humana” através da adição de pequenos pedaços do presente ao *corpus patrimonial*. Segundo ela, este ato seria uma maneira de tranquilizar as angústias do presente, contudo, com isso, o valor do patrimônio passa a modificar-se e acaba tornando-se um espelho no qual as sociedades humanas contemplam passivamente sua imagem. Logo, Choay (2006) vê o *culto patrimonial* surgido após 1960 como uma *síndrome narcisista*.

Já Pierre Nora (1993), no texto *Entre Memória e História: A problemática dos Lugares*, coloca como justificativa para o excesso de preservação da cultura material, sendo esses locais preservados denominados por ele de “lugares de memória”, o processo de “aceleração da história”. Para o autor, esse cenário foi marcado pela tomada de consciência por parte da

população de um rompimento com o seu passado. Isso seria resultado da ruptura entre história e memória, que, por muito tempo, teriam andado juntas na categoria historiográfica chamada pelo autor de “história-memória”, onde uma era o meio de propagação da outra. Com o surgimento da “história-crítica”, ocorre o fenômeno de “dessacralização da memória”, por meio da qual a história passa a desconstruir a memória, ao invés de propagá-la, causando essa ruptura. A partir desse momento em que a memória deixa de ser propagada e a população sente sua ruptura, segundo o autor, para substituí-la criam-se em excesso os “lugares de memória”. De acordo com Nora,

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7)

Neste sentido, concluímos que se torna indispensável, ao analisar casos relacionados com a preservação do patrimônio material edificado, refletir acerca de suas relações com a memória. Relacionado a isso, Zamin (2006) escreve que

A preservação do patrimônio é um tipo de mediação entre o presente e o passado sendo cada vez mais vinculada ao conceito de memória coletiva. Nesse sentido, preservar o patrimônio edificado é considerada uma forma de preservar, reelaborar e/ou construir memórias coletivas, dando-lhes o suporte material para que elas não se apaguem. (ZAMIN, 2006, p. 120)

Logo, interessa-nos também neste trabalho investigar de que maneira o Casarão dos Veronese atuou no processo de construção de memórias por parte do grupo social que buscou seu tombamento, ou melhor, refletir acerca das memórias que foram construídas para legitimar a sua preservação e quais suas alterações no restante da trajetória do prédio. Dessa maneira, será possível refletir sobre as relações entre as memórias construídas a partir do Casarão dos Veronese e a constituição da identidade desse grupo. Assim, as contribuições de Pollak (1989) a respeito do papel da memória na formação do sentimento de identidade tornam-se de grande valia para nossa análise. De acordo com o autor,

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter

a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 9)

Torna-se importante também levar em consideração que a construção de memórias ocorre sempre a partir de situações do presente. Com isso, Pollak (1989) aborda o processo de construção das memórias entendendo esse fenômeno a partir de uma lógica de disputa, onde grupos sociais do presente rivalizam pela seleção e controle do que será lembrado e do que será esquecido em relação ao passado. Nesse sentido, os grupos de maior prestígio político acabam criando as *memórias oficiais* em relação ao passado através do que o autor chama de *trabalho de enquadramento da memória*<sup>1</sup>, representado pelas ações que visam consolidar uma versão do passado em detrimento de outras. É importante frisar que as memórias que sofrem *esquecimentos e silenciamentos* podem manter-se vivas em meios marginalizados e ressurgir em momentos propícios. O principal meio de sobrevivência dessas versões *subterrâneas* do passado é através da transmissão oral entre gerações; dessa maneira, a metodologia de história oral torna-se um instrumento valioso para detectar estas *memórias não enquadradas*. As colocações de Petersen e Lovato (2013) a respeito da construção de memórias vão no mesmo sentido que as afirmações de Pollak. Segundo as autoras,

Quando se trata de memória, devemos ter presente quem quer lembrar, o que se quer lembrar e por quê. Esta simples observação aponta para o fato de que em uma sociedade a memória é um fenômeno plural, e não unívoco: existem sempre diferentes memórias, algumas delas em disputa pela construção de certas lembranças e esquecimentos de outras. É fácil entender esse processo quando se observa o esforço de alguns grupos sociais identificados como minorias para reconstituir a importância de seu passado, resgatando para o presente fatos que foram esquecidos ou “apagados” pelos grupos dominantes. Por isso, a memória também deve ser incluída nos dispositivos referentes às relações de poder em uma sociedade e, para seu entendimento, o historiador necessita investigar que condições históricas explicam porque e quem, em um determinado momento, procura lembrar ou apagar da memória um acontecimento. Há, pois, na preservação da memória, relações de poder no sentido do que se deve lembrar e do que se deve esquecer. (PETERSEN E LOVATO, 2013, p. 314)

Feitas estas considerações, coloca-se, portanto, que a temática do presente trabalho se concentra no processo de tombamento de um bem material edificado realizado em 1986 e localizado no município de Flores da Cunha, na região conhecida como serra gaúcha. Este prédio, recentemente, passou por um processo de restauração, vindo a ser inaugurado em

---

<sup>1</sup> O autor apresenta este conceito a partir de reflexões feitas por Henry Rousso (POLLAK, 1989, p. 9).

dezembro de 2017. Dessa maneira, o objetivo da pesquisa será analisar este ato de preservação de um prédio e, de acordo com os autores citados acima, investigar quais foram as condições que tornaram possível seu tombamento: de onde surgiu a demanda pelo tombamento? O que tornou possível a aceitação desta solicitação? Quais foram os valores ativados para legitimar este ato? Quais foram os grupos sociais envolvidos em tal processo? Além desses questionamentos, levando em consideração que o ato de preservar a cultura material está vinculado com a construção de memórias e que esse processo, por sua vez, se relaciona com situações do presente e acarreta sempre em seleções, escolhas e silenciamentos, desejamos tecer uma análise das memórias construídas em torno do Casarão dos Veronese. Para isso, utilizaremos como fonte de análise o processo de tombamento, as reportagens da imprensa que noticiaram a trajetória do prédio, uma entrevista oral e, por último, a análise da solenidade de inauguração, ocorrida no dia quinze de dezembro de 2017.

Sendo assim, a realização deste trabalho pode contribuir para o entendimento de processos de tombamento, evidenciando de que maneira ocorre a ativação de valores para legitimar um tombamento; além disso, permite refletir acerca do processo de construção de memórias vinculados aos atos de preservação do patrimônio edificado, assim como identificar os mecanismos desse processo e perceber suas relações com o pertencimento de indivíduos a determinados grupos sociais.

No primeiro capítulo do trabalho, o objetivo será tecer uma narrativa acerca da construção do Casarão dos Veronese e refletir sobre questões necessariamente vinculadas a ela. A primeira delas diz respeito ao processo de imigração italiana para o nordeste gaúcho, uma vez que o prédio foi construído por um dos primeiros imigrantes a pisar na área do atual município de Flores da Cunha, e suas relações com a população nativa. Além disso, será realizada uma investigação acerca da família construtora do imóvel, estudando as condições em que estava inserida e de que maneira essa realizou a obra. Por último, uma breve reflexão acerca dos usos e significados que o referido prédio veio a ter.

Já no capítulo seguinte, nosso recorte temporal será o intervalo de tempo que separa o tombamento do prédio (1986) de seu restauro (2015-2017). Nessa parte do trabalho, teremos como objetivo identificar as motivações que levaram à preservação do imóvel, de onde elas surgiram e os agentes envolvidos no processo. Para entender melhor esse fenômeno, buscamos analisar o contexto do órgão que realizou o tombamento, na época denominado de Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE) e atualmente de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), assim como os valores ativados e as narrativas construídas pelo grupo que solicitou o ato. Depois, nosso foco de análise

foi a restauração aplicada no prédio. Para estudá-la, analisamos uma série de reportagens jornalísticas que narraram a situação do imóvel desde seu tombamento até a decisão do restauro. Nosso objetivo foi captar os agentes interessados no processo, identificar as narrativas construídas acerca do Casarão para legitimar o referido ato e os futuros usos projetados para o bem em questão.

No último capítulo, o objetivo foi identificar as narrativas e memórias construídas sobre o Casarão dos Veronese no intervalo de tempo que separa o tombamento do restauro. Sendo possível detectar as narrativas construídas pela imprensa a medida que investigamos o restauro no capítulo anterior, aumentamos a investigação através de uma entrevista oral e da análise da cerimônia de inauguração. A partir disso, foi possível refletir sobre a influência que a construção das memórias e narrativas acerca do bem tiveram no processo de construção e reconstrução de identidades do grupo envolvido nos atos citados. Relacionado a isso, investigamos outro assunto que esteve presente ao longo do trabalho que diz respeito aos usos aplicados ao prédio.

## **2 – A CONSTRUÇÃO DO CASARÃO DOS VERONESE**

Este capítulo pretende tecer uma narrativa acerca da construção do Casarão dos Veronese a fim de, mais tarde, ao analisar as condições que tornaram possível o surgimento da proposta de tombamento e sua respectiva aceitação, compreender melhor quais foram os valores ativados para seu tombamento e refletir acerca de quais foram as memórias construídas e as partes do passado que foram escolhidas para serem lembradas ao longo da trajetória do prédio entre o tombamento (1986) e o restauro (2015-2017). Ao realizar isso com sucesso, será possível termos mais um exemplo das relações entre a construção de memórias e suas relações com a preservação do patrimônio edificado.

Portanto, como o Casarão dos Veronese é, de antemão, vinculado ao processo de imigração italiana, torna-se necessário, neste capítulo, investigar a respeito de tal fenômeno a fim de entender melhor as condições e possibilidades que permitiram sua construção. Mais tarde, isso será importante também para entender como o processo de construção das primeiras edificações por imigrantes na região se mostrou relevante para a criação de noções como a do “espírito empreendedor do italiano” e a do “imigrante que se fez com as próprias mãos”.

### **2.1 – A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO NORDESTE GAÚCHO**

A história do Casarão dos Veronese está intrinsecamente interligada com a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Sua construção é datada de 1898, muito próxima, historicamente, da chegada dos primeiros imigrantes italianos na região vinte anos antes. A cidade de Flores da Cunha, localizada no nordeste do estado, dentro da região conhecida como “Serra Gaúcha”, está entre um grupo de cidades que frequentemente projeta-se como um dos berços da imigração italiana. Essa constatação, antes mesmo de iniciar nossa análise, já nos leva a pensar sobre quais são os grupos dentro do município responsáveis pela divulgação de tal imagem. Somado a este fato, é nítida, para quem visita ou reside no município, a relação feita entre a identidade da imigração italiana construída dentro do município com a divulgação turística baseada na produção e venda de produtos considerados “típicos” da região, como pratos da culinária dita “italiana” e sobretudo, a uva e o vinho<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), publicados em reportagem da GaúchaZH, Flores da Cunha é o maior produtor de vinho do país, produzindo 45 milhões de litros em 2016 e representando 43% de todo o vinho fabricado no Rio Grande do Sul neste ano. Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/01/maior-produtor-de-vinhos-do-pais-flores-da-cunha-abre-tempo-de-vindima-cj5wkokj41uehxbj0sk1mi9fr.html> Acessado em 05/01/2017.

No site oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), o Casarão dos Veronese é descrito da seguinte maneira a partir da inscrição no Livro Tombo e de outros documentos da instituição<sup>3</sup>:

Construído em 1898 pelo imigrante italiano Felice Veronese, no distrito de Otávio Rocha, na zona rural do município de Flores da Cunha, o Casarão é um representante típico da arquitetura da imigração italiana, que iniciou oficialmente no Estado em 1875.

[...]

Felice Veronese chegou ao Brasil em 1882, vindo do norte da Itália, tornando-se o maior produtor de vinho da região. Ao constituir família, começou a construir o casarão, que abrigou também uma cantina doméstica para produção de vinhos e uma pequena fábrica de pólvora, criada pelos filhos de Felice.

Logo, a construção do Casarão faz parte do movimento de povoar as terras do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus promovido pelo Império Brasileiro e, apesar deste não ser o tema central do presente trabalho, é necessário termos um panorama geral do fenômeno a fim de refletirmos acerca das condições de edificação deste bem, sobretudo para compreender melhor quais foram as condições materiais que tornaram possível sua construção.

Segundo Azevedo, a vinda de imigrantes italianos para o Brasil deu-se a partir da combinação dos contextos presentes neste território com os do recém unificado país italiano. De um lado, as elites econômicas brasileiras defendiam um projeto político pautado pela vinda de trabalhadores livres para a substituição da mão-de-obra escrava e para o maior povoamento de suas terras, enquanto o norte da Itália passava por uma intensa crise que estimulou a emigração de seus cidadãos. Em uma detalhada pesquisa acerca das condições italianas da época, Azevedo cita o excessivo fracionamento da terra, os salários baixos do campesinato, a presença de tributos elevados, a grande expropriação de terras pelo governo pelo não pagamento de impostos e o processo de concentração de propriedades agrárias resultadas da unificação italiana, em conjunto com as difíceis condições de vida da população devido à disseminação de doenças, ao alto grau de analfabetismo e ao péssimo estado das moradias como fatores de estímulo à emigração (AZEVEDO, 1994, p. 63-92).

Com isso, no caso específico da Província de Rio Grande, houve uma convergência de interesses entre o governo imperial e a classe política e econômica dominante, formada pelos grandes estancieiros criadores de gado. Por um lado, o governo imperial desejava intensificar a criação de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade, já iniciados sobretudo com os

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=14813> Acessado em 21/12/2017.

alemães desde 1824, a fim de aumentar a densidade demográfica da Província e, do outro, os estancieiros gaúchos, detentores de grandes propriedades de terras, almejavam uma mão-de-obra substituta à escrava para trabalhar na lavoura. Dessa maneira, através da vinda de imigrantes europeus, buscou-se uma renovação nas relações de trabalho e um aumento da diversidade da economia gaúcha, até então baseada quase que exclusivamente na criação de gado (AZEVEDO, 1994, p.95). Sobre o mesmo processo, Santos coloca que

A Colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul fez parte de um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, que utilizava a imigração para preencher os vazios demográficos do Sul do país. Ela foi pensada como um processo de substituição não só do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas, especialmente, como uma substituição do negro escravo pelo branco europeu em um processo de colonização baseado na pequena propriedade. Nesse contexto, a escravidão era vista como uma forma arcaica de produção que não se coadunava com a modernidade, enquanto a colonização e a vinda daquelas populações era vista como um processo civilizatório. (SANTOS, 2010, p.154)

Dessa maneira, é fundamental salientar que este processo de imigração europeia para o Brasil, incluindo o território atual do Rio Grande do Sul que está relacionado com o objeto de estudo dessa pesquisa, teve como motivação um projeto político para a nação baseado em uma ideologia racista, a qual buscava o branqueamento da população devido à crença de inferioridade do negro ou mestiço, e uma ideologia “civilizatória”, no sentido que via na imigração europeia uma forma de trazer civilização à “barbárie” dos indígenas (BENEDUZI, 2005, p. 274-277). Segundo Beneduzi,

Será no bojo dessa percepção de sociedade, construída em finais do século XIX, que se dará a grande onda migratória de europeus para o Brasil. Dentre os tipos possíveis, será o italiano, por suas semelhanças linguísticas e religiosas, o mais requisitado para esse processo de purificação do elemento nacional. Efetivamente, os cinquenta anos que passam entre o início da imigração e as festividades de 1925<sup>4</sup> são marcados por uma progressiva positividade do elemento branco/europeu, logo, de uma visão de sua presença enquanto fomentador de civilidade para a nação. (BENEDUZI, 2005, p. 277-278)

Dentro desse contexto, são criadas, em 1870, as colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel no nordeste gaúcho, tendo essas recebido os primeiros imigrantes europeus da região. Mais tarde, em 1875, cria-se na região conhecida como “Campo dos Bugres” a colônia que viria a ser chamada de Colônia Caxias, a qual se tornou sede administrativa da região (SANTOS, 2010,

---

<sup>4</sup> O autor refere-se às festividades realizadas em comemoração aos cinquenta anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul.

p. 157-158). A região dessa colônia foi dividida em 17 léguas<sup>5</sup>, sendo a 5ª légua a de localização da sede administrativa, denominada Sede Dante, onde atualmente localiza-se o centro da cidade de Caxias do Sul e sua principal praça, a Dante Alighieri, em homenagem ao escritor italiano. Já as léguas 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 14ª, 15ª, 16ª correspondiam ao atual território do município de Flores da Cunha, onde veio a ser construído o Casarão dos Veronese (VAILATTI, 2006, p. 61).

No ano de 1877 chegam os primeiros imigrantes italianos e ocupam a 15ª légua da Colônia Caxias, dando início ao que, mais tarde, viria a tornar-se o município de Flores da Cunha. De acordo com Vailatti (2006, p. 34-35), na principal obra que aborda a história do município de Flores da Cunha de modo geral, na região pertencente à Colônia Caxias havia indígenas do grupo dos Jê que vieram a ser chamados de “bugres” pelos europeus, levando à região a ser conhecida como “Campo dos Bugres”. Contudo, para a autora, a remoção deste grupo foi feita por homens contratados pela coroa portuguesa para capturar e matar indígenas por volta de 1830 até 1840, momento em que foram construídas as primeiras estradas da região, processo que culminou com a morte ou expulsão dos grupos nativos em direção aos Campos de Cima da Serra, fazendo com que a região estivesse vazia no momento da chegada dos imigrantes italianos, por volta de 1875. Santos (2010, p. 161) coloca que o grupo dos Jê desta região era formado por caaguaras e ibirajaras e que, entre 1830 e 1868, estabeleceram-se na região indígenas caingangues, os quais, por sua vez, entraram em contato com colonizadores alemães, chegando a existir relatos de raptos e roubos de gado. Contudo, a autora utiliza-se das referências de Braga e Ceruti (1986) para afirmar que, em 1876, não havia mais grupos indígenas na região. Logo, de acordo com a bibliografia consultada, a presença indígena na região do município foi marcada pelo grupo caingangue que teria sido expulso ou morto nas décadas de 1830 e 1840 pela ação de “bugreiros”, cerca de 35 anos antes da chegada dos italianos.

Após os primeiros anos de colonização na região que viria a se tornar o município de Flores da Cunha, inicia-se um conflito entre os imigrantes italianos lá estabelecidos para nomear a região, até que, em 1885, chega-se ao consenso sobre Nova Trento (VAILATTI, 2006, p. 66). Em 1890, a Colônia de Caxias transforma-se no município de Caxias do Sul e Nova Trento passa a ser o seu 2º Distrito. Muito mais tarde, no ano de 1933, o município teve seu nome alterado, em decreto sem consulta popular, a partir de uma manobra política que visava fornecer apoio ao Interventor do Rio Grande do Sul, o General Flores da Cunha, nomeado pelo então

---

<sup>5</sup> “A légua era um quadrilátero, cortado no sentido longitudinal, por caminhos estreitos e irregulares que variavam entre 6 a 13km, eram os chamados travessões ou linhas.” (SANTOS, 2010, p.162).

presidente Getúlio Vargas, em troca da possível construção de uma ferrovia (VAILATTI, 2006, p. 149-150).

Com isso, é necessário ressaltar que, ainda que os imigrantes europeus não tenham tido contato direto com indígenas nessa região, o processo que diz respeito a ocupação dessas terras por suas partes e a posterior construção de cidades está intrinsecamente relacionado com a morte ou expulsão da população nativa. Essa relação dá-se pelo fato deste processo imigratório fazer parte do projeto político para tais terras, encabeçado pelas elites imperiais, que possuía como objetivo embranquecer a população e erradicar o estilo de vida nativo, considerado por eles como “barbárie”, sendo os europeus responsáveis por trazer o que consideravam ser um estilo de vida “civilizado”.

## 2.2 – OS VERONESE E O CASARÃO

Na época abordada na seção anterior, a divisão das colônias era demarcada por léguas e essas, por sua vez, eram divididas em travessões. Como já foi dito anteriormente, o território das léguas 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 12<sup>a</sup>, 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup> da Colônia Caxias correspondiam ao atual território do município de Flores da Cunha. Nesta pesquisa, interessa-nos em especial um dos travessões inseridos dentro da 10<sup>a</sup> légua, o Travessão Marcolino Moura, que recebeu seus primeiros imigrantes italianos no ano de 1882 (MOLON, 1982, p. 19).

No ano de 1982, Floriano Molon publicou o livro *Otávio Rocha: Cem anos de Vida Colonial*<sup>6</sup> em comemoração aos cem anos de história do Travessão Marcolino Moura. O livro traduz-se em uma rica e detalhada pesquisa acerca da história política e da vida cotidiana deste travessão, utilizando uma diversidade de fontes históricas: reportagens de jornal, documentos oficiais, depoimentos orais, fotos, atas da paróquia, entre outras. Nele, Molon registra a história e a memória de 54 famílias residentes no local, detalhando suas profissões, casamentos e trajetórias de vida. Dessa maneira, a obra transformou-se em uma fonte muito útil a essa pesquisa, já que pôde apontar direções em busca de novas informações.<sup>7</sup>

Ao resgatar as origens do Travessão Marcolino Moura, Molon encontra no Livro 4 da Colônia de Caxias, arquivado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a primeira divisão dos lotes concedidos pelo Estado às famílias italianas. Nele, consta o registro

---

<sup>6</sup> Trata-se de um livro com o objetivo de resgate memorial sem estar balizado por preceitos científicos da disciplina histórica.

<sup>7</sup> A partir deste momento é importante que o leitor tome cuidado com o nome das localidades para acompanhar a narrativa. O município Nova Trento é o antigo nome do atual município de Flores da Cunha. Dentro de seus limites territoriais esteve localizado o Travessão Marcolino Moura que se transformou no Distrito de Otávio Rocha, onde se localiza o Casarão dos Veronese.

de 46 lotes entregues aos primeiros imigrantes da região, incluindo o receptor do lote de terras nº 8 registrado da seguinte maneira “Veronese, Felice – 26 anos, solteiro. Chegada: 14/05/1882” (MOLON, 1982, p. 19).

No mesmo ano de 1982, Nely Mascia Veronese publica o 18º volume da Coleção Academia Caxiense de Letras, livreto impresso na quantidade de 30 exemplares, segundo informações contidas em sua capa. O título do livro é *História de um imigrante: Felice Veronese* e trata-se de uma espécie de biografia do imigrante italiano, assim como de outros membros da família Veronese<sup>8</sup>. A autora é neta de Felice Veronese e foi uma conhecida professora do município de Caxias do Sul, sendo autora de livros com temáticas diversas, assim como uma das fundadoras da Academia Caxiense de Letras em 1962 (veículo onde publicou a biografia de Felice 20 anos mais tarde) e a homenageada da Feira do Livro de Caxias do Sul no ano de 1988. Logo, não podemos ignorar o caráter afetivo de sua obra e seu caráter de biografia saudosa de membros da sua própria família envolvidos na imigração italiana. Porém, ainda assim, traduz-se em fonte rica acerca da história de Felice, do Casarão e da família Veronese, sobretudo no que diz respeito a membros da família, casamentos, datas e, principalmente, acerca da construção memorialística dessa família, que teria relação direta com o processo de tombamento do Casarão, em 1986.

De acordo com Nely Veronese, Felice teria nascido em Monte Malgre (Schio Vicenza - Itália) e, aos 23 anos, teria expressado sua vontade de embarcar nos navios que rumavam ao “Novo Mundo”. A autora nos diz ainda que “ao chegar em terras brasileiras ficou estabelecido no travessão Marcolino Moura, hoje 3º Distrito de Flores da Cunha, onde lhe foram franqueados alguns hectares de terra” (VERONESE, 1982, p.5). Sobre a ocupação de terras por imigrantes italianos no território do Rio Grande do Sul, Santos explica que

Depois de 1870, o governo imperial incentivou a vinda de colonos italianos para o Rio Grande do Sul. Pequenos cultivadores procedentes em sua maioria do Tirol, do Vêneto e da Lombardia estabeleceram uma série de colônias, das quais a de Caxias foi a mais importante. A atividade econômica dos italianos, além de seguir alguns caminhos semelhantes a dos alemães, especializou-se no cultivo da uva e na produção do vinho. Entre 1882 e 1889, em um total de 41.616 imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul, 34.418 eram italianos. (SANTOS, 2010, p. 155)

---

<sup>8</sup> O fato de ambas as obras surgirem no mesmo ano certamente não é coincidência, mas se relaciona às comemorações dos cem anos do Distrito de Otávio Rocha (antigo Travessão Marcolino Moura) e à ideia de Felice ter sido uma figura notável da localidade, presente tanto nos registros históricos como na memória daquela população. A efeméride estimulou a publicação de pesquisas e matérias jornalísticas tematizando a família Veronese.

Veronese narra, tudo indica que a partir de memórias familiares, que Felice, após construir uma pequena moradia, casou-se com Domênica Sella no ano de 1885, na Igreja de Caxias. Depois de casado, dedicou-se a expandir seu parreiral de uvas e tornou-se o maior produtor de vinhos da região. Foi nessa época que surgiu a ideia de construir “uma casa para sempre, de pedras, estilo das construções da Idade Média, lembrando sua terra natal” (VERONESE, 1982, p.6) com o objetivo de ter um local próprio para fabricar e estocar o vinho e que dispusesse de espaço para a moradia dos filhos. Dessa maneira, podemos situar a trajetória inicial de Felice no processo descrito por Beneduzi:

Com o florescimento das colônias, já no início do século XX, casas em pedra, com ou sem reboco, começaram a ser construídas: marcadas ainda estavam as características arquitetônicas das regiões de procedência. A tradicional casa colonial veneta de dois ou três pisos pode ser vista nas mais diversas localidades de colonização italiana na serra gaúcha. Construída em três andares, a habitação era constituída de uma cantina no andar inferior, de uma zona diurna no nível intermediário e de uma zona noturna no último piso. (BENEDUZI, 2005, p. 279)

Luís Veronese, primogênito de Felice e Domênica, nasceu no dia 25 de abril de 1886, no ano seguinte ao casamento dos dois. O casal veio a ter ainda outros 9 filhos: Henrique, Luísa, Albino, Ida, Elisa, Attilio, Maria, Rosina e Ernesto. Ida teria falecido com dois anos ao afogar-se em uma poça de água e Maria faleceu aos seis meses. Ainda há menção ao ofício de Elisa e Rosina que eram responsáveis por “costurar as roupas dos rapazes à luz de lampião”, enquanto Luís e Albino dedicaram-se a trabalhar com a fabricação de foguetes (VERONESE, 1982, p.8).

A autora escreve igualmente que

Em virtude da família ter aumentado, resolveu o nosso capacitado imigrante aumentar a casa com o auxílio dos filhos. Era uma casa mais espaçosa, onde a cantina pegava toda a parte de pedra e de material; uma nova e confortável com um amplo aposento para cada filho, ensejando que nela ficariam quando casassem e constituíssem família. Felice montou uma pequena olaria para a fabricação dos tijolos e telhas e, necessitando abrir uma pedreira para as pedras que constituíram os alicerces da vivenda, seu filho Luís, que então contava com quinze anos, valendo-se de um velho manual que dava fórmula para a fabricação de pólvora, conseguiu fabricá-la, facilitando assim por meio de minas a fragmentação da pedreira. (VERONESE, 1982, p.9)

Lewgoy (1992, p. 209) informa que a arquitetura de imigração italiana no Rio Grande do Sul em seus primeiros tempos é caracterizada como uma “arquitetura espontânea” devido à utilização de materiais disponíveis no entorno das casas, como madeira ou pedra.<sup>9</sup> Em

---

<sup>9</sup> A análise é feita com base em classificação de Posenato (1983).

entrevistas realizadas na época do tombamento e anexadas ao processo, um morador da região identificado como Carlos Dani (idade não registrada) afirmou que Felice Veronese teria feito ele mesmo os tijolos de barro para construir a casa, utilizando caixinhas como molde<sup>10</sup>. Outro vizinho, João Manosso então com 77 anos<sup>11</sup>, ressaltou que a casa foi construída por “Felício” com a ajuda de seus filhos e que eles “carregaram todo esse material à mão, daí do lado. Tinha uma pedreira, tinha pedras assim. Trouxeram tudo a muque, à mão. Não foi com cavalo, nada”.<sup>12</sup> João ainda ressaltou que as telhas também teriam sido produzidas pela própria família.<sup>13</sup>

Na citação acima de Veronese, aparece um novo personagem central na história dessa família: o filho primogênito de Felice chamado de Luís Veronese. A autora conta que, antes da ampliação do Casarão, Felice já tratava o seu vinho com drogas químicas que regulavam a fermentação do mosto e garantiam um bom paladar e uma boa conservação. Este teria sido um dos motivos que levaram o seu vinho a ser um dos mais procurados pelos negociantes da época que o venderam primeiro para Porto Alegre e mais tarde para o Rio de Janeiro (VERONESE, 1982, p. 9).

O estudo de Química teria atraído o jovem Luís, segundo a narração da autora dotado de grande esperteza e autodidata<sup>14</sup>, que passou a realizar suas primeiras experiências no casarão. O jovem, então, montou um pequeno laboratório rudimentar e desenvolveu pelo menos duas atividades: primeiro, a utilização do tártaro desperdiçado nas pipas do pai ao produzir vinho para a produção de ácido tartárico e, mais tarde, a produção de pólvora que passou a ser utilizada na fabricação de foguetes, comercializados localmente para celebração de casamentos, batizados e outras festividades. Nas entrevistas presentes no processo já citado anteriormente também há menção à produção de pólvora. João Manosso conta que a fábrica de pólvora era dos Veronese e ficava fora do Casarão, próxima a um rio localizado nos arredores do edifício. Carlos Dani completa dizendo que os Veronese “construíam foguetes com o rabo”, provavelmente querendo referir-se ao fato de ser uma produção familiar, sem muita estrutura.

---

<sup>10</sup> Folha 36 do Processo nº 34010/86 do CPHAE.

<sup>11</sup> As idades mencionadas referem-se ao momento da entrevista, realizada no dia 02/06/1985.

<sup>12</sup> Folha 38 do Processo nº 34010/86 do CPHAE.

<sup>13</sup> Folha 39 do Processo nº 34010/86 do CPHAE. Neste momento já é possível perceber a emergência de memórias relacionadas com a representação dos imigrantes como pessoas que prosperaram a partir de seu próprio trabalho, noção que será melhor trabalhada no capítulo 3.

<sup>14</sup> Desta vez, a mesma representação indicada na nota anterior aparece a partir do imigrante italiano que estuda e aprende química sozinho.

João Manosso explica ainda que a pólvora era utilizada para rachar pinheiros e fazer palanques de parreirais, assim como para comercializar com os vizinhos.<sup>1516</sup>

Nely Veronese conta que, apesar das produções feitas por Luís, seu pai, Felice, via o investimento na área com desconfiança. Por isso, o primeiro buscou com seu tio por parte de mãe, que era também seu padrinho, cujo nome era Luís Sella, empréstimos para dedicar-se ao novo ramo. Tendo como base a fabricação de produtos químicos e de fogos de artifício e foguetes, montou a fábrica num terreno adquirido em 1911, à rua Vereador Mário Pezzi, nº 318, com o nome de Luís Veronese e Cia (VERONESE, 1982, p. 12). A fábrica prosperou principalmente através da compra do tártaro, liberado na produção de vinho, das pequenas e numerosas vinícolas que ocupavam a região, e sua reutilização para a fabricação de insumos voltados à indústria de alimentos e bebidas. Atualmente, a empresa é uma das mais tradicionais de Caxias do Sul, tendo completado cem anos de existência em 2011 e, além de atender ao mercado nacional, registra exportações para países dos cinco continentes.<sup>17</sup>

De acordo com os entrevistados, com o passar do tempo, devido ao fato dos filhos estudarem fora, a família Veronese mudou-se para Caxias do Sul e vendeu o casarão para a família Schio que, mais tarde, o repassou à família Galiotto. Clementina Panizzon Ravizzoni, nascida em 22/01/1889, provavelmente casada com algum membro da família Schio, conta que, quando casou, foi morar no Casarão porque seu marido havia comprado, não tem certeza, se duas ou três colônias no entorno, por 31 cruzeiros.<sup>18</sup> Já a entrevistada Maria Molon Galiotto, com 45 anos no momento da entrevista, afirma que foi morar na casa no ano de 1965, lá residindo por cinco anos. Em seguida, como o imóvel estava em más condições e custava muito caro consertá-lo, a família construiu uma “casa mais cômoda e com menos dinheiro” ao lado e passou a utilizar o casarão como depósito para guardar ferramentas e alimento destinado aos animais.<sup>19</sup> No momento do tombamento, em 1986, Maria Galiotto era a proprietária do Casarão. Anos mais tarde, em 2001, a prefeitura pagou o valor orçado ao bem para a família e tomou posse do bem.

Portanto, ao final do capítulo, concluímos, em primeiro lugar, que a construção do Casarão dos Veronese está vinculado ao processo de imigração italiana no Rio Grande do Sul, uma vez que seu construtor é um dos primeiros imigrantes a chegar na região atual do município

---

<sup>15</sup> Folhas 37-38 do Processo nº 34010/86 do CPHAE.

<sup>16</sup> Nota-se novamente a menção ao fato da família progredir a partir do próprio esforço.

<sup>17</sup> <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/tag/fabrica-de-produtos-quimicos-veronese/?topo=52,1,,224,77> Acessado em 22/12/2017.

<sup>18</sup> Folha 41 do Processo nº 34010/86 do CPHAE.

<sup>19</sup> Folhas 42-43 do Processo nº 34010/86 do CPHAE.

de Flores da Cunha, onde o prédio foi construído. Sendo assim, ao estudar o bem, é necessário, em nossa visão, estudar também tal processo imigratório e enfatizar, mais uma vez, que este foi colocado em prática a partir de um projeto político elaborado pelas elites para o Brasil, visando embranquecer a população e “civilizar” o território tomado pela “barbárie” das populações nativas. Em segundo lugar, concluímos que o Casarão pode ser classificado dentro da categoria de “arquitetura espontânea” presente na época e local onde foi erguido, já que sua construção se caracterizou pelo uso de materiais disponíveis em seu entorno, como evidenciado pelas entrevistas registradas em seu processo de tombamento. Além disso, entendemos que o prédio acabou tendo uma gama muito variada de funções: serviu de moradia para a família, foi útil às atividades econômicas exercidas por ela e tornou-se um símbolo de distinção social para os Veronese uma vez que representou o sucesso econômico alcançado por eles.

Tendo entendido a trajetória do prédio desde sua construção, o campo de possibilidades em que Felice atuou para realizá-la e as funções e significados que o Casarão assumiu, restamos, agora, investigar os elementos que estiveram em jogo para a realização de seu tombamento e restauro. Quais foram e de onde partiram as motivações para tais atos? Quem foram os agentes envolvidos? O que tornou possível a realização de tais projetos? Respondidas tais questões, interessa-nos também investigar as narrativas feitas a respeito do bem edificado e o processo de construção de memórias sobre o mesmo.

Mapa 1 – Principais localidades próximas ao distrito de Otávio Rocha.



Fonte: Processo de Tombamento do Casarão dos Veronese (IPHAE, 1986).

Mapa 2 – Localização das cidades de Flores da Cunha e Caxias do Sul e do distrito de Otávio Rocha em relação ao Casarão dos Veronese.



Fonte: Google Maps. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/place/Casar%C3%A3o+Veronese/@-29.091414,-> Acessado em 06/01/2018

### 3 – DO TOMBAMENTO AO RESTAURO (1986-2017)

Ao analisarmos fenômenos de tombamentos de edificações materiais, é necessário ter em mente que tais atos são sempre escolhas políticas envolvendo agentes sociais. Portanto, para ter maior entendimento acerca desse processo, é necessário analisar quem são os indivíduos ou grupos interessados no tombamento do bem, assim como os responsáveis por acatar essa decisão. Com isso, torna-se possível refletir acerca das motivações do ato e das possibilidades de sua ocorrência, que estão diretamente relacionadas com o contexto histórico, assim como com as estratégias e discursos ativados para que o processo seja efetivado. Possamai defende que

Sendo a cultura o universo da escolha, não é demais ressaltar que as operações relacionadas ao patrimônio implicam, antes de qualquer coisa, uma seleção dos elementos culturais que serão alvo das práticas de preservação. Considerando a proposição de Argan de que 'as obras de arte são coisas às quais está relacionado um valor', vê-se que é justamente na atribuição de valor que se situa o ponto nodal da noção de patrimônio. É na atribuição de determinados valores - nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros - que se opera a definição do que será considerado patrimônio e o que será relegado ao esquecimento. (POSSAMAI, 2000, p. 17)

Logo, diante deste raciocínio, pode-se perceber que um dos elementos fundamentais que diz respeito às escolhas relacionadas com os processos de tombamento é a atribuição de valores. Estes, por sua vez, atendem a uma gama de categorias muito diversas que podem ter seu peso modificado de acordo com o contexto histórico. Levando isso em consideração, busca-se nesta pesquisa determinar quais foram as condições históricas que fizeram emergir a demanda pelo tombamento do Casarão dos Veronese e quais foram as condições que tornaram possível essa medida ser acatada. Diante disso, temos como um dos objetivos centrais deste capítulo investigar quais foram os valores específicos ativados no referido processo de tombamento e entender suas relações com o contexto histórico do cenário do patrimônio edificado gaúcho, a fim de perceber as possibilidades de ação dos grupos que estiveram ligado ao mencionado ato e dos órgãos que gerenciaram tal medida.

Contudo, o tombamento não foi o único marco na trajetória deste prédio que interessa à pesquisa. Após se encontrar em um estado avançado de degradação, o Casarão dos Veronese passou por um restauro, sendo inaugurado em dezembro de 2017. Diante disso, se levantam uma série de questionamentos a respeito não só do tombamento, mas também do seu restauro. Quais as condições que levaram ao acontecimento do restauro? Quais foram os agentes envolvidos? O que se preservou? O que se reconstituiu? Os usos deste prédio permaneceram os

mesmos durante estes anos que separam o tombamento do restauro? Todas essas perguntas precisam ser consideradas se quisermos abordar a complexidade de um processo de restauração que envolve um patrimônio edificado.

### 3.1 - O TOMBAMENTO

Consta que, no dia 27 de novembro de 1986, através da Portaria nº 044/86, o subsecretário de cultura, Luiz Antônio de Assis Brasil, resolveu pelo tombamento do Casarão dos Veronese devido ao seu “valor histórico e arquitetônico”. O pedido de tombamento havia sido solicitado por duas instituições, a Associação de Amigos de Otávio Rocha e a Prefeitura de Flores da Cunha, no mês de agosto do mesmo ano.<sup>20</sup>

A partir da análise do processo nº 66/86 da Câmara de Patrimônio Histórico, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura<sup>21</sup>, é possível perceber que o valor considerado “histórico” teve um peso maior, ao menos em termos quantitativos, do que o valor arquitetônico. No parecer técnico nº 766 anexado ao mesmo processo e expedido pelo órgão em favor da solicitação de tombamento feita pela Prefeitura de Flores da Cunha, produzido pela equipe formada pelos arquitetos Eduardo Martines e Flávia Boni Licht, pela historiadora Eni Barbosa e pelo arqueólogo Fernando La Salvia, constam sete parágrafos justificando o posicionamento favorável ao tombamento. Destes, o primeiro diz respeito à grande diversidade de “provas” que acompanha o processo; o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto apontam para acontecimentos históricos vinculados ao Casarão; o sexto refere a “admirável coleção de 19 plantas” que podem ser vistas como “uma verdadeira maravilha de estudo arquitetônico” e o último ressalta a necessidade de urgência do tombamento.<sup>22</sup>

O segundo parágrafo, na íntegra, afirma:

O antigo Travessão Marcolino Moura, nome do Engenheiro encarregado da medição dos lotes rurais, e cuja posse e colonização iniciou-se em 1882 e, tendo em vista a emancipação do distrito, então o mais próspero de Caxias, que era Nova Trento, que se transformou em município independente em 17 de maio de 1924, por Decreto nº 3320 assinado pelo Eminentíssimo Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado e, em 17 de junho, também de 1924, o primeiro-Intendente do Novo Município de Nova Trento, cria o 3º Distrito de Nova Trento com o nome de Otávio Rocha, ilustre personalidade do mundo político e figura de grande prestígio da história nacional, que lutara pela emancipação de Nova Trento, transformar-se em município autônomo.

---

<sup>20</sup> Folha nº 86 do Processo nº 34010/86 do CPHAÉ.

<sup>21</sup> Folha nº 78 do Processo nº 34010/86 do CPHAÉ.

<sup>22</sup> Folhas nº 78-82 do Processo nº 34010/86 do CPHAÉ.

Portanto, é uma comunidade que nasceu sob o signo da própria história este Distrito que leva o grande nome de Otávio Rocha.

Neste trecho do parecer, é interessante notar que ocorre a menção a vários eventos históricos de caráter político, distantes no tempo entre si, em um pequeno número de linhas. Em primeiro lugar, é citado o acontecimento de posse e colonização da região, depois é referida a emancipação do distrito de Nova Trento da Colônia Caxias, logo seguida por sua transformação em município e, por último, a transformação do próprio Travessão Marcolino Moura em distrito do novo município de Nova Trento. Parece que esta seleção (ou seja, essa escolha) de eventos possui o objetivo de contar uma história linear do município (citado como o mais próspero distrito da antiga Colônia Caxias) e do distrito em que está situado o Casarão dos Veronese, demonstrando como esse nasceu em 1882 a partir da colonização e foi “evoluindo” com o passar do tempo, através da emancipação e consolidação do espaço em que está inserido, até sua própria transformação em distrito.

Outro fator interessante de ser analisado é a associação destes eventos com determinados personagens históricos. Inicialmente, o engenheiro que realizou a medição dos lotes e deu o primeiro nome à localidade, o senhor “Marcolino Moura”; depois, a menção ao “Eminente Doutor” Borges de Medeiros e, por último, a Otávio Rocha, portador de um “grande nome”. A busca de associação dos eventos históricos com nomes conhecidos e de grande prestígio político dentro da história do Rio Grande do Sul certamente possui como objetivo auxiliar na legitimação do tombamento, mesmo que os eventos e nomes citados não possuam uma relação direta com o Casarão em si. A justificativa, colocada ao fim do parágrafo, seria que, a partir desses fatos elencados, o local onde o bem está localizado e a comunidade que faz parte desse espaço teriam “nascido sob o signo da própria história”, aqui entendida como sucessão de eventos político-administrativos levados a cabo por personagens ilustres.

Outro parágrafo interessante para esta pesquisa é o terceiro, na íntegra abaixo:

O toque da própria história se faz sempre sentir no Município que passará a denominar-se – Flores da Cunha – em Decreto Municipal, nº 21 de 12/12/1935, no encerramento do ano do Centenário Farroupilha e a lembrança coincide com a epopeia da República Rio-Grandense e o Governo do Estado no ano do Centenário da Revolução de 1835 estando no poder o General Flores da Cunha, extraordinária personagem dos fatos e atos da política administrativa do país.

Neste trecho, a lógica do parágrafo anterior se repete, apresentando-se novamente acontecimentos da história política distantes do Casarão vinculados a menção de grandes personagens históricos para a história gaúcha, nesse caso o general Flores da Cunha. A associação deste parágrafo dá-se pelo fato do município onde está localizado o bem passar a

ser nomeado, a partir de 1935, de Flores da Cunha. A vinculação vem por dois lados: primeiro, o ano de 1935 encerra o centenário da Revolução Farroupilha e remete à lembrança da “epopeia da República Rio-Grandense”, acontecimento considerado fundador da identidade gaúcha; segundo, pelo fato de que, no mesmo ano, o General Flores da Cunha, “extraordinária personagem dos fatos e atos da política administrativa do país”, estava à frente do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Novamente, este tipo de conexão serve para justificar que, no município onde o Casarão está localizado, “o toque da própria história se faz sempre sentir”, podendo tal afirmação ser comparada à ideia de que o Distrito do Casarão “nasceu sob o signo da própria história”.

Ao analisar o histórico do patrimônio material do Rio Grande do Sul, Dias elabora uma classificação baseada nos principais aspectos da política implementada pelo CPHAE durante as décadas de 1980 e 1990, período em que está inserido o tombamento do Casarão dos Veronese, ocorrido em 1986. Para o autor, o caso deste imóvel insere-se em um contexto de preservação de bens que corriam o risco de desaparecer. Dias cria as seguintes categorias para o referido período: (1) O Estado como agente de preservação, (2) O patrimônio degradado, (3) as reações ao tombamento e (4) as etnias e a representatividade através do patrimônio (DIAS, 2012, p. 38).

Os primeiros anos da década de 1980 seriam marcados, em sua maioria, pelos tombamentos em que o Estado aparece como agente de preservação. Neste intervalo de tempo, o autor detecta que a iniciativa do tombamento vinha, sobretudo, dos próprios agentes do IPHAE e percebe um padrão nos processos marcados por pareceres sucintos e predominância do valor arquitetônico sobre o histórico. Os casos escolhidos por Dias para melhor representar esta categoria são os do Prédio do Museu da Comunicação Social Hipólito da Costa, tombado em 1982 através do processo nº 1222/1982, predominantemente pela sua arquitetura “cada vez mais rara no centro da cidade” (DIAS, 2012, p. 39) e por ter sido sede do Jornal *A Federação*; do Forte Apache, tombado em 1982, através do processo nº 01.099-25.00-SCDT-82, em que a justificativa é semelhante à anterior devido ao destaque do uso do prédio para abrigar uma estação telegráfica, uma repartição pública e um quartel de polícia, e por ter sido sede do governo no momento que o Palácio Piratini era construído (DIAS, 202, p. 39); e da Biblioteca Pública, cujo prédio foi tombado em 1982, através do processo nº 01125-25.00-SCAT-82, por ter sido palco de conchaves importantes para a história do Rio Grande do Sul e pela necessidade de tombamento demandada por seu acervo (DIAS, 2012, p. 40-41).

A categoria nomeada de Patrimônio Degradado, presente na parte final da década de 1980 e início da de 1990, é marcada pelo objetivo prático de preservar bens que corriam riscos

de desaparecimento (DIAS, 2012, p. 38). Nestes casos, o caráter de urgência para o tombamento devido ao péssimo estado em que se encontravam os imóveis aparece como uma justificativa extremamente relevante para a realização do tombamento. São citados nesta categoria os casos dos prédios do Hospital Psiquiátrico, da CEEE e do Casarão dos Veronese.

Em terceiro lugar, Dias destaca casos em que o tombamento gerou reações da população, demonstrando a presença de discordâncias em relação ao valor histórico, arquitetônico ou artístico dos bens. Nesta categoria, ao contrário das duas anteriores em que o tombamento foi, geralmente, solicitado pelo próprio Estado ou pelos proprietários dos bens, a solicitação de tombamento partiu de reações da população frente a determinadas situações, como, por exemplo, o vandalismo ou a especulação imobiliária. O autor utiliza como exemplo os casos da Igreja do Galo em São Gabriel, onde a motivação pelo tombamento surgiu após a própria população evitar que uma retroescavadeira derrubasse o prédio, e do sítio ferroviário de Caxias do Sul, que vinha sofrendo depredação de vândalos e foi alvo de conflitos com proprietários privados, evidenciando as influências de interesses econômicos que se tornam mais visíveis em casos onde o bem não pertence à esfera pública ou ao próprio solicitante do tombamento.

Por último, o autor analisa os casos em que o fator determinante que garantiu o tombamento dos bens foi a sua relação com determinada etnia, evidenciando uma vontade do CPHAE em “valorizar os elementos étnicos da formação histórica do Estado do Rio Grande do Sul” (DIAS, 2012, p. 51). Nesse contexto, houve um domínio de tombamentos relacionados às etnias alemã, italiana e judaica. São citados como exemplos dessa perspectiva os casos da Casa do Imigrante (São Leopoldo), da Igreja Matriz São Miguel (Dois Irmãos das Missões), da Escola Estadual Santa Teresa (Bento Gonçalves), do Museu do Trem (São Leopoldo) e do Cemitério Israelita.

Tais categorias elaboradas por Dias são de grande valia para o presente trabalho à medida em que nos ajudam a compreender, em linhas gerais, as motivações, procedimentos e principais valores ativados para a realização dos tombamentos do patrimônio edificado gaúcho entre as décadas de 1980 e 1990, contexto em que nosso objeto de estudo está inserido. Sobre o processo do Casarão dos Veronese, o autor coloca que

O processo de tombamento em questão fez referência à colonização italiana. No entanto, optamos por inseri-lo em um contexto em que o péssimo estado de conservação é o principal ponto presente no processo, uma vez que o avançado grau de degradação é destacado como fator de urgência do tombamento, como um risco à história da imigração na região como denuncia um recorte do jornal *O pioneiro*, datado de 05 de abril de 1985.

É justamente pelo risco de desaparecimento que, em nossa interpretação, está centrada a lógica do processo de tombamento, muito embora a historiadora Eni Barbosa, em seu parecer técnico, não mencionasse o estado de degradação avançado do casarão, concluiu-se que a mesma foi favorável ao tombamento “pelo seu aspecto construtivo e seu sentido histórico” (Processo nº 34010/SEC/86. Fl.73). (DIAS, 2012, p. 44)

Como evidenciado pela citação em questão, e em outras partes do trabalho de Dias, em muitos casos os valores e motivações para o tombamento acabam entrelaçando-se, como foi o caso do Casarão dos Veronese. Contudo, como não é o objetivo deste trabalho inseri-lo em uma categoria ou outra, e sim realizar uma análise mais aprofundada do que esteve em jogo no processo do tombamento desse bem, acredita-se que o fator étnico tenha tido grande peso no caso em tela. Ainda que o fator determinante para o tombamento (ou, ao menos, para a aceleração desse processo) tenha sido seu estado de degradação, sobretudo se levarmos em consideração o fato de tal ato ter sido realizado sob caráter de urgência, nota-se, ao analisar o contexto que motivou a solicitação do tombamento por parte da Prefeitura de Flores da Cunha e da Associação de Moradores de Otávio Rocha que a questão étnica teve posição central.

Defende-se, portanto, que a demanda do tombamento do Casarão dos Veronese está relacionada com o fenômeno de promoção das identidades étnicas analisado por Weber (2004, p. 75), no qual, segundo a autora, os italianos têm aparecido como protagonistas de um grande avanço. De acordo com a autora,

Há sabidamente, nas décadas recentes, um contexto que favorece a manifestação de identidades étnicas, que se expressa em festividades, programas transmitidos por emissoras de rádio e TV, revitalização de associações, **identificação e preservação de patrimônio material e cultural** ligados a grupos étnicos. Nesse processo, no Rio Grande do Sul, é destacável a capacidade de autopromoção dos descendentes de emigrantes de regiões europeias que hoje constituem a Itália. (WEBER, 2004, p. 1, grifo meu)

Ainda dentro deste processo de promoção das identidades étnicas, Weber (2004, p. 75-76) elenca como estratégias de demarcação de espaço de tais grupos a profusão de eventos culturais diversificados, como festividades, organização de associações, produções literárias ou programas midiáticos vinculados com o interesse do poder público dos municípios ditos “coloniais” nesses eventos com objetivos turísticos ou de promoção do desenvolvimento local.

O caso do município de Flores da Cunha e do Distrito de Otávio Rocha é um exemplo claro de tal processo, sendo a preservação do patrimônio material, representada pelo tombamento do Casarão dos Veronese, apenas um dos fatores que expressam a promoção da identidade étnica da localidade. Nesta linha de raciocínio, a “organização de associações” pode

ser notada pela atuação da Associação Amigos de Otávio Rocha como um agente ativo de autopromoção da identidade do grupo, uma vez que essa foi a responsável pela primeira solicitação do tombamento, mais tarde encabeçada pela Prefeitura de Flores da Cunha, fato que pode ser entendido como “interesse do poder público municipal com objetivos turísticos ou de promoção do desenvolvimento”. Além disso, a referida entidade atua na realização de diversas festividades anuais realizadas no Distrito de Otávio Rocha, como a Festa do Colono, efetivada desde 1972, assim como a Festa Colonial da Uva e a Festa da Gruta, todas com foco na gastronomia de produtos “típicos” italianos.<sup>23</sup> Outro aspecto do fenômeno descrito por Weber que pode ser identificado no caso em questão são as produções literárias, representadas aqui pela obra *Otávio Rocha – Cem anos de Vida Colonial*, de Floriano Molon e *Felice Veronese – História de um Imigrante*, de Nely Veronese, ambas produzidas no ano de 1982 e utilizadas como fontes históricas deste trabalho.

Um caso similar ao do Casarão dos Veronese e que pode ser incluído neste processo descrito por Weber ocorreu no município vizinho de Antônio Prado. Trata-se do tombamento de 48 casas vinculadas ao processo de imigração italiana na cidade, realizado pelo SPHAN. Dentre os pontos de contato entre os dois casos pode-se notar a proximidade espacial (cerca de trinta e cinco quilômetros separam um município do outro) e temporal (o Casarão dos Veronese foi tombado em 1986, enquanto as casas pradenses foram tombadas de forma provisória em 1987 e definitiva em 1989), bem como as similaridades entre os dois municípios: ambos com fortes marcas da imigração italiana e com uma pequena população.<sup>24</sup>

Por outro lado, o caso de Antônio Prado foi motivado pela realização do projeto da SPHAN denominado *Preservação e Valorização da Paisagem Urbana em Núcleos de Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul*, que selecionou, entre outros bens, as casas daquela localidade para fazerem parte de um posterior projeto de preservação, enquanto que o tombamento do Casarão dos Veronese partiu de iniciativas locais. Outra diferença a ser destacada é que, enquanto o Casarão dos Veronese foi tombado a nível estadual, pelo CPHAE, as casas pradenses foram tombadas a nível nacional, pelo SPHAN, fazendo parte de um contexto em que o órgão passou a buscar outros elementos culturais da imigração europeia além dos portugueses, já existentes em quantidade então considerada demasiada (LEWGOY, 1992, p. 265-266). Por último, é importante ressaltar que a reação ao tombamento das casas de

---

<sup>23</sup> <http://amigosotaviorocha.blogspot.com.br/> Acessado em 09/12/2017

<sup>24</sup> Segundo o censo do IBGE, a população estimada para Flores da Cunha em 2017 é de 29.603 habitantes e para Antônio Prado é de 13.306. Fontes: Flores da Cunha: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/flores-da-cunha/panorama> Acessado em 22/12/2017 e Antônio Prado: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/antonio-prado/panorama> Acessado em 22/12/2017.

Antônio Prado foi infinitamente mais conturbada, como aponta a dissertação de Lewgoy, levantando discussões em torno da propriedade privada e de fatores presentes no imaginário social pradense, cuja população passou a ver o tombamento de forma binária (ou seria o fim do mundo para a cidade ou seria a sua salvação), enquanto que o Casarão dos Veronese, por ser um único bem e já em estado de extrema degradação, ameaçando despencar, suscitou discussões semelhantes em uma intensidade extremamente menor.

Contudo, o caso do tombamento das casas de Antônio Prado aproxima-se do caso do Casarão dos Veronese à medida em que, ao meu ver, ambos se inserem no processo de promoção da identidade étnica dos descendentes italianos descrito por Weber e mencionado anteriormente. Além de compartilharem as similaridades dos tombamentos, o município de Antônio Prado, assim como o Distrito de Otávio Rocha, também produz, sobretudo desde a década de 1980, uma série de festividades em torno da “gastronomia italiana”, dentre elas a Festa de Nossa Senhora de Lourdes (também conhecida como Festa da Gruta, nome similar ao caso de Otávio Rocha)<sup>25</sup>. Porém, segundo Lewgoy (1992, p.173), enquanto a festa de Lourdes é mais voltada para um público interno da cidade, as festas da “Noite Italiana” e do Festival Uniserra da Canção seriam propagandeadas para fora da região, inserindo-se de forma mais adequada no fenômeno de promoção da identidade étnica e no interesse do poder público pelo turismo.<sup>26</sup> Para Lewgoy (1992, p. 174), “Com o tombamento e a presença mais frequente de Antônio Prado nos jornais do Rio Grande do Sul, os eventos em questão passam a caracterizar o conjunto de atrações pelas quais a localidade integra o circuito turístico do Rio Grande do Sul”.

A explicação dada por Weber para o considerável avanço dos descendentes de italianos no Rio Grande do Sul dentro do campo de disputas com outras descendências pela promoção de identidade étnica está vinculada com as condições da trajetória deste grupo no estado. Segundo a autora, um aspecto central para entender o sucesso italiano é levar em consideração a atuação do Estado italiano como agente étnico e o desenvolvimento econômico alcançado pelas regiões de colonização italiana. Outro fator determinante é

---

<sup>25</sup> O nome de ambas as festas se dá pelo fato de serem realizadas em grutas em meio à natureza.

<sup>26</sup> As festividades continuam ocorrendo. A última festa de Nossa Senhora de Lourdes ocorreu no dia 11/02/2017. Fonte: <http://www.diocesedecaxias.org.br/noticias/festa-de-nossa-senhora-de-lourdes-em-antonio-prado> Acessado em 22/12/2017). A festa da Noite Italiana teve sua ocorrência nos dias 19 e 26 de agosto de 2017 (fonte: <http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/antonio-prado-promove-a-37-noite-italiana/6944> Acessado em 22/12/2017). Não encontramos notícias a respeito do Festival Uniserra da canção, contudo, desde 2012, Antônio Prado realiza o Festival Nacional da Massa (FenaMassa) que reúne apresentações artísticas em grande quantidade (fonte: <http://leouve.com.br/5o-festival-nacional-da-massa-inicia-nesta-sexta-feira-em-antonio-prado/> Acessado em 22/12/2017).

Um intenso associativismo praticado pelos descendentes italianos, conjugado a estratégias de visibilidade destas associações e de sua articulação em nível maior; vinculação entre estas associações e estas festividades e organizações da Itália, com mediações do Consulado Italiano; participação de intelectuais acadêmicos de “origem” italiana ou não na promoção da identidade “italiana”, etc. (WEBER, 2004, p. 76-77)

Nos casos do Casarão dos Veronese e das casas de Antônio Prado, além da associação dos municípios com cidades italianas, pode-se destacar a atuação de intelectuais da Universidade de Caxias do Sul em ambos os tombamentos. Enquanto que no caso de Antônio Prado, os membros do Projeto ECIRS atuaram em conjunto com os técnicos do SPHAN, mesmo com objetivos diferentes<sup>27</sup>, no caso do Casarão dos Veronese, grande parte das informações anexadas à solicitação do tombamento é oriunda do referido projeto.

Analisado o peso do processo de promoção da identidade étnica italiana, gostaria de abordar o elemento do turismo por pensar que também esse tenha tido um papel considerável nas motivações do tombamento. Esta ideia surgiu após a leitura da ata de uma reunião feita pelos membros do Projeto ECIRS da UCS com a comunidade de Otávio Rocha, para decidir, caso o tombamento fosse efetuado, qual seria a utilização do prédio. Das ideias colocadas, há uma predominância clara da defesa de um lugar que fornecesse elementos da gastronomia local e hospedagem. Portanto, nota-se, desde já, uma possibilidade de rendimento econômico vinculada ao turismo. Ao ser questionado sobre o tema, um dos presentes afirmou:

Eu, pra mim, a opinião seria a seguinte: aquilo seria uma casa, por exemplo, que fosse tombada pela união, fica patrimônio, histórico, mas lá dentro se faça um come pão e salame, tipo restaurante, uma coisa que se explore. Uma coisa que possa, que uma pessoa vem pra cá, fui lá ver aquela casa, dentro encontrei um pão e salame, um churrasquinho ou tivesse mesmo um apartamento, que se a pessoa quer chegar lá, diz quero dormir numa casa fora para ver como é. Não sei se seria viável aquilo que eu penso ou não. (CPHAE, 1986, fl.23)

Na visão deste morador, a utilização do prédio deveria ser feita no sentido de garantir que a localidade tivesse algo para mostrar aos visitantes. Segundo ele, o importante era que, caso “uma pessoa [viesse] pra cá”, pudesse dizer: “fui lá ver aquela casa, dentro encontrei um pão e salame, um churrasquinho”, ou seja, que existisse algo a ser visto e consumido.

Outro morador da região, identificado na ata como Caldart, ressaltou:

---

<sup>27</sup> Para Lewgoy (1992), o SPHAN buscava uma inserção dos italianos na representação do processo de construção do país, enquanto os membros do Projeto ECIRS objetivavam a inserção dos descendentes de italianos na representação da sociedade do Rio Grande do Sul, até então simbolizada apenas pela figura do gaúcho.

Fizemos um pequeno desenho para dar uma ideia. Um bar na frente, restaurante, uma lareira, dois apartamentos, em cima daria para fazer mais dois e aqui ficaria um corredor. E essa parte que ficasse prá dona da casa, que se ela quisesse montar algum mercado, para vender cebola, alho. Ficaria um salãozinho para ela vender aquilo que ela quisesse. É uma idéia. Não sei se terá condições de fazer isso. Essas casas, até nós tínhamos feito o nome “Pousada Colonial”, um restaurante. (CPHAE, 1986, fl.24).

Neste caso, Caldart apresenta uma ideia elaborada há mais tempo, também vinculada à venda de alimentos e hospedagem. O morador, inclusive, já esboça um nome para o negócio, “Pousada Colonial”, fazendo referência ao diferencial dos produtos lá encontrados: a caracterização “colonial”, seja através dos produtos consumidos, seja pelo ambiente vivenciado. Nota-se também a preocupação em oferecer um espaço para a dona do imóvel na época, já que a Prefeitura de Flores da Cunha ainda não havia comprado o prédio.

A questão da venda de alimentos e de hospedagem aparece ainda na fala de um terceiro morador:

Me representaria que seria assim: por ex., vem uma pessoa, porque aqui em Otávio Rocha, por incrível que pareça, nós temos visita de todo Brasil. Então como temos tanta gente que vem de fora e vão jantar lá na Adélia. Se tivesse janta, vão jantar lá na casa de pedra, lá em Otávio Rocha. E lá teria um lugar pra dormir, pra jantar. Seria usar a casa com bom senso. (CPHAE, 1986, fl.24-25).

Este membro da comunidade local demonstra a preocupação em “usar a casa com bom senso”, o que aparenta significar, para ele, fazê-la gerar recursos econômicos através dos serviços de janta e hospedagem. Antes de apresentar a ideia, inclusive, o morador expôs como justificativa a vinda de “visita de todo o Brasil” e deu o exemplo bem sucedido da Adélia, um tradicional hotel e restaurante do Distrito de Otávio Rocha, fundado em 1968, e em funcionamento até os dias atuais.

Por último, foi colocado por outro indivíduo:

A minha ideia seria mais em torno de fazer um museu histórico da região, a partir já das pipas, da cantina, de uma máquina. Um museu regional da zona italiana, não dispensando o vinho italiano, pão, queijo e vinho, sem apartamentos, só museu. Pôr em cada sala os artigos dos antigos, dos primeiros imigrantes que vieram aqui, no caso combinam muito bem. (CPHAE, 1986, fl.24).

Este morador, por sua vez, parece estar menos preocupado com o rendimento econômico do prédio, pensando em utilizá-lo mais para a promoção da identidade étnica dos descendentes de italianos de toda a região. Apesar de recusar a ideia da hospedagem, ainda assim, não dispensa a gastronomia “italiana” representada pelo “vinho italiano, pão, queijo e vinho”, entendida por nós como um dos veículos da promoção da identidade étnica do grupo.

Portanto, desde antes do tombamento, nota-se que as ideias de utilização do prédio por parte dos moradores de Otávio Rocha giravam em torno do fornecimento de serviços prestados ao público de fora da localidade, seja através da gastronomia, da hospedagem local ou da exposição de objetos vinculados com o processo de imigração italiana. Outro fato de destaque é a preocupação de aliar isso com os interesses da família que era proprietária do imóvel na época e com o rendimento econômico do local.

Pode-se notar na documentação que os estudantes da UCS, membros do Projeto ECIRS, possuíam ideias similares aos moradores. Quando questionados a respeito do tema, um deles colocou: “Surgiu aqui quase a mesma coisa. As ideias que vocês tiveram aqui mais ou menos o que a gente teve. A gente tinha pensado em fazer, ou museu, ou uma cantina: Vocês propuseram em fazer um museu e uma cantina: Daria uma chance de exploração em cima do museu.”

A respeito da consolidação do turismo vinculado às representações étnicas no Rio Grande do Sul, Weber (2006, p. 194) ressalta que, desde a década de 1960, há uma motivação por parte das políticas desse setor para o destaque das particularidades locais. Ao estudar a constituição da Rota Romântica, a autora (2006, p. 186) insere tal projeto dentro da categoria de turismo étnico por esse enfatizar as expressões étnicas como objeto a ser explorado para o desenvolvimento turístico. Outra característica presente no plano é a divulgação dos referenciais culturais como sendo “naturais”, “essenciais” ou “autênticos” (WEBER, 2006, p. 196). O patrimônio histórico relaciona-se com o turismo étnico uma vez que

Entende-se que o patrimônio, mesmo quando sua justificação encontra-se na própria história, é resultado de construções, não se constituindo num dado por si só (GODINHO, 2006). Busca-se analisar os agentes que atuam na formatação do patrimônio, bem como o conjunto de suas ações, especialmente quando voltadas ao turismo e implicadas em processos de mercantilização. (WEBER, 2006, p. 39)

Portanto, outro foco da presente pesquisa, ao analisar a trajetória do Casarão dos Veronese após o seu tombamento, se concentrou em verificar quais usos foram feitos deste bem edificado, sobretudo, se esses tinham relação com o turismo, em especial com a categoria do turismo étnico. Afinal, tal caminho foi detectado como um dos rumos favoritos de parte dos moradores<sup>28</sup> de Otávio Rocha no momento em que se discutia a possibilidade de tombá-lo.

Por fim, resta afirmar que, segundo nossa perspectiva, ainda que o tema das representações étnicas não tenha atuado como principal valor ativado pelo IPHAE para operar

---

<sup>28</sup> Falamos, na verdade, em parte dos moradores devido aos limites de nossas fontes históricas que nos fornecem apenas as opiniões dos presentes na reunião em destaque.

o tombamento, ele é central no que diz respeito às motivações que levaram à solicitação de abertura do processo. Em nossa avaliação, tais representações operaram através de dois eixos centrais entrelaçados que alimentam um ao outro: por um lado, a promoção da identidade dos descendentes de italianos e, por outro, os interesses econômicos voltados para o turismo da região.

### 3.2 – O RESTAURO

Apesar do tombamento ter ocorrido em situação de urgência devido ao risco de desabamento do imóvel, já noticiado em 1985, segundo uma cronologia postada no dia 29 de outubro de 2009 em um blog criado exclusivamente para divulgação de notícias acerca do Casarão dos Veronese<sup>29</sup>, foi apenas em 1989 que chegaram as primeiras verbas com o intuito de restaurar o prédio. Contudo, “como era época de grande inflação, apenas serviram para retirar o telhado, escoramento e a restauração foi abandonada.” Pouco tempo depois, a Secretaria de Educação do município teria construído um telhado provisório. Já no ano de 2000, o Supremo Tribunal Federal condenou o Estado do Rio Grande do Sul e o município de Flores da Cunha a restaurarem o bem. Contudo, o projeto final de restauração do imóvel, encaminhado por uma comissão designada pela prefeitura de Flores da Cunha, só seria aceito pelo IPHAE em 2006 e a captação dos recursos só se efetuará no ano de 2012.

Em reportagem do dia 24 de dezembro de 2012, o jornal *O Florense*<sup>30</sup>, do município de Flores da Cunha, noticiou:

No dia 5 de dezembro foi publicado no Diário Oficial do Rio Grande do Sul a portaria que autoriza a captação de recursos, por meio da Lei de Incentivo à Cultura (Lic), para reformas da casa centenária, localizada no entroncamento das estradas entre o distrito Otávio Rocha e as localidades de Linha 60 e Santa Justina. O projeto passou pelo Conselho Estadual da Cultura com a denominação de ‘prioritário’, o que faz renascer a esperança de ver as obras de recuperação iniciadas em 2013.

Finalmente, três anos mais tarde, as obras teriam início. Em reportagem do dia 01 de abril de 2015, o jornal *O Pioneiro*<sup>31</sup>, de Caxias do Sul, destacou:

A ordem de início das obras de restauro do Casarão Veronese, de Flores da Cunha, será assinada nesta quinta-feira, às 10h, no distrito de Otávio Rocha. A empresa Arquium Construções e Restauro, de Porto Alegre, foi a vencedora da licitação. O

---

<sup>29</sup> <http://casaraodosveronese.blogspot.com.br>. Acessado em 21/12/2017.

<sup>30</sup> <http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/caderno-de-sabado/8/casarao-veronese-prestes-a-ser-restaurado/3144>. Acessado em 21/12/2017.

<sup>31</sup> <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/04/ordem-de-inicio-das-obras-do-casarao-veronese-de-flores-sera-assinada-4730922.html> Acessado em 21/12/2017.

trabalho vai custar R\$ 2,5 milhões e tem previsão de ser concluído em 23 meses com patrocínio das empresas Florense<sup>32</sup> e Keko<sup>33</sup>.

Em outra oportunidade, no dia 09 de Junho de 2016, momento em que as obras de restauração completaram pouco mais de um ano, em declaração ao jornal *O Pioneiro*<sup>34</sup>, a agente cultural Cristina Seibert Schneider, contratada pela prefeitura municipal, explicou que “As paredes de pedra são originais e a estrutura metálica do telhado é contemporânea, justamente para marcar o que é o antigo e o que é o novo. No restauro, não se faz imitação”. Em nota<sup>35</sup> divulgada pelo departamento de imprensa da prefeitura de Flores da Cunha, no dia 30 de novembro de 2017, sobre o caráter do restauro, foi informado que:

O projeto em execução, do arquiteto Edegar Bittencourt da Luz, propôs adequações ao projeto original elaborado em 2008 que, pela defasagem do tempo e com o aumento da degradação, eram tecnicamente inadequadas. Foram buscadas soluções para o avançado processo de deterioração das alvenarias de pedra e barro, que estavam em péssimo estado e com perigo de desmoronamento, entre outros dados técnicos obtidos a partir da atualização dos levantamentos e diagnóstico das patologias da construção, bem como das normas edilícias e de prevenção que passaram a vigorar nos últimos anos, como aquelas vinculadas à acessibilidade e prevenção de incêndio, a nova proposta foi aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE. A nova solução estrutural conta com coberturas metálicas e também a utilização de vidros, evitando a sobrecarga de um telhamento em telha de barro. Também foi analisado que, como a edificação não continha mais o telhado, não deveria se fazer uma imitação das telhas de barro e sim construir uma nova cobertura contemporânea, atendendo às cartas patrimoniais no âmbito internacional.

Por fim, a nota informa que a inauguração do Casarão estava marcada para o dia 15 de dezembro de 2017 e que foram convidados para a solenidade o governador do Estado, José Ivo Sartori, os deputados estaduais, os secretários estaduais, a direção do Ibama, os diretores do IPHAE e cônsul italiano Nicola Occhipinti. Além disso, a solenidade deveria contar com a presença de integrantes das famílias que residiram no local, patrocinadores e representantes da comunidade e de entidades locais. A utilização do espaço cumpriria com parte das ideias pensadas na época do tombamento, contando com

---

<sup>32</sup> A empresa Móveis Florense foi fundada em Flores da Cunha, ano de 1953, e atua no setor moveleiro nacional e internacional.

<sup>33</sup> A empresa Keko Acessórios foi fundada em 1986 no município de Caxias do Sul. No ano de 2011 a empresa transferiu sua sede para o município de Flores da Cunha. A Keko Acessórios atua no fornecimento de peças e acessórios para montadoras de automóveis, no mercado nacional e internacional.

<sup>34</sup> <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2016/06/casarao-dos-veronese-um-classico-de-flores-da-cunha-5902038.html> Acessado em 22/12/2017.

<sup>35</sup> [http://floresdacunha.rs.gov.br/noticias\\_int.php?id=1038](http://floresdacunha.rs.gov.br/noticias_int.php?id=1038) Acessado em 21/12/2017.

a valorização de aspectos da imigração italiana, como a religiosidade, o trabalho, o cotidiano, a gastronomia e o divertimento. Haverá também um museu com salas temáticas sobre uva, vinho, milho, polenta, trigo e pão; recriação do quarto de colônia, da moenda (retratando como era extraído o mosto da cana de açúcar), do forno à lenha e do alambique (para preparação da graspa) e aspectos da família Veronese. A casa centenária, que será a sede do roteiro turístico Caminhos da Colônia, terá ainda espaços culturais multiusos que servirão para a realização de reuniões, cursos e apresentações artísticas e também um local de difusão gastronômica.

É interessante notar que, à medida que o processo de restauro avançou, as reportagens passam a vincular o Casarão dos Veronese com o turismo da cidade de Flores da Cunha, como no trecho anterior que afirma que a casa seria sede do roteiro turístico “Caminhos da Colônia”. Além disso, ao longo da análise dessas reportagens, nota-se ainda a repetição da descrição do prédio como um exemplar “típico da arquitetura italiana”. Outra característica presente em praticamente todas reportagens jornalísticas é uma menção breve à Felice Veronese ou à trajetória de sua família. Dessa maneira, nota-se que, ao noticiar o estado em que se encontrava a edificação e o andamento das obras, ao mesmo tempo, a imprensa exerceu um papel de “enquadramento da memória”. Nesse sentido, é possível detectar, desde então, a elaboração de uma “memória enquadrada” acerca do Casarão dos Veronese que insiste em representá-lo como “típico”, em vinculá-lo com a trajetória da família Veronese e projetar seu possível uso futuro para o turismo.

Fotografia 1- Registro do Casarão dos Veronese tirada no dia 15/07/2011.



Fonte: Banco de dados – Jornal Pioneiro de Caxias do Sul. Fotografado por Daniela Xu. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/04/02/5974/?topo=87>> Acesso em 06/01/2018.

Fotografia 2- Registro do Casarão dos Veronese tirada no dia 15/12/2017. Dia da Inauguração do Restauro.



Fonte: Acervo Pessoal de Deiner Lucian Barili.

Fotografia 3- Placa de publicidade na entrada de Flores da Cunha. Registro feito no dia 15/12/2017.



Fonte: Acervo Pessoal de Deiner Lucian Barili.

#### **4 – AS MEMÓRIAS SOBRE O CASARÃO DOS VERONESE**

Depois de investigar a história do prédio, tecer uma narrativa de sua trajetória e analisar os principais valores ativados durante o seu processo de tombamento e restauro, resta a esta pesquisa investigar os processos de construção de memória realizados em torno do Casarão dos Veronese, construído no ano de 1898, tombado como patrimônio estadual em 1986 e restaurado entre os anos de 2015 e 2017. De maneira geral, colocamos no final do capítulo anterior que o primeiro agente que atuou como “enquadrador de memória” foi a imprensa. Contudo, neste capítulo interessa-nos buscar a captação de outras memórias e de outros agentes vinculados ao referido processo.

Para detectar estas memórias nos limites colocados a um Trabalho de Conclusão de Curso, estabelecemos como metodologia a realização de uma entrevista oral com um cidadão florense engajado no “resgate” da identidade italiana dentro do município e a análise da cerimônia de inauguração do Casarão dos Veronese, realizada no dia quinze de dezembro de 2017. Portanto, interessa-nos, no presente capítulo, identificar quais são as memórias construídas sobre o Casarão dos Veronese, quais são os valores e as representações atribuídas a esse bem, assim como os acontecimentos que marcam a sua trajetória (construção, tombamento, restauro) e refletir acerca dos usos que o Casarão passa a ter a partir do momento em que foi tombado, sobretudo para verificar se, de fato, veio a tornar-se um propagador da categoria de turismo étnico através da mercantilização de elementos relacionados com a cultura dos descendentes de imigrantes italianos.

##### **4.1 – A ENTREVISTA DE UM JOVEM DESCENDENTE DE ITALIANOS**

A escolha pela metodologia da entrevista oral deu-se pela tentativa de fugir das representações atribuídas pelos órgãos de imprensa ao bem analisado, que geralmente são repetitivos em suas colocações como visto anteriormente, e pela possibilidade de captar outras memórias não veiculadas nestes meios, sobretudo as relacionadas com o afeto pessoal.

Segundo Alberti (2015), é partir de década de 1980 que a metodologia de História oral passa a se reconciliar com a academia devido à superação da historiografia caracterizada por polarizações. Para a autora (2015, p. 164), “A História oral hoje é um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”. Logo, tendo em vista que o nosso objetivo neste momento é detectar as memórias que são ativadas ou construídas em relação ao Casarão dos Veronese, a fim de melhor compreender a relação deste com grupos da população florense, acredita-se que a adoção desta metodologia, por suas

diferentes características, auxilia na captação de outras lembranças que não aparecem através da análise de fontes como reportagens jornalísticas ou documentos oficiais. Ainda segundo Alberti:

Ao mesmo tempo, o trabalho com a História oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade. E porque a memória é mutante, é possível falar de uma história das memórias de pessoas ou grupos, passível de ser estudada por meio de entrevistas de História oral. As disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até, em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo. (ALBERTI, 2015, p. 167)

Assim, entendendo o momento da entrevista analisada neste subcapítulo e os pronunciamentos examinados na sequência do trabalho, muito próximos da inauguração do Casarão dos Veronese, como um momento de reconstruções de memórias acerca deste bem edificado, ainda que não seja nosso objetivo aqui tecer uma “história da memória” dos descendentes de italianos de Flores da Cunha, vemos como fundamental analisar quais memórias serão acionadas e lembradas em tais ocasiões e compará-las com as memórias detectadas no momento do tombamento do referido imóvel.

Contudo, em função das limitações de tempo, esta pesquisa contou com apenas uma entrevista cuja escolha deu-se pelos seguintes critérios: a forte relação do entrevistado com a diversidade de atos que buscam fortalecer a identidade italiana dentro do município de Flores da Cunha e o contato que teve com o andamento do restauro do casarão por ter trabalhado na prefeitura por determinado período e conhecer os bastidores deste processo.

O entrevistado trata-se de um jovem de nome Alex Dal Bó Eberle, de 21 anos, descendente de imigrantes italianos e morador de Flores da Cunha por grande parte de sua vida. Apesar de ser natural de Caxias do Sul, Alex disse que foi para o município “apenas para nascer”, pois poucos dias depois já se dirigia a Flores da Cunha ainda bebê, onde passaria sua infância e juventude. Alex conta que é descendente de italianos tanto pela família da mãe, como pela do pai. A família Dal Bó teria se fixado em Flores da Cunha e ali permanecido em grande parte, sendo sua mãe natural do município. Já a família Eberle, de seu pai, teria tido uma trajetória um pouco diferente. Alex conta que o primeiro membro a chegar em Flores da Cunha teria sido seu bisavô e, depois disso, a família mudou-se para várias localidades, entre elas as cidades de Segredo e Caxias do Sul. A partir da década de 1950, nascem os tios e o pai de Alex

e a família estabelece-se em São João, travessão do município de Flores da Cunha, trabalhando sempre como agregados de outras famílias. Devido às condições difíceis em que se encontravam, passaram a circular por outras localidades da região até conseguirem comprar uma colônia de terras em Flores da Cunha, que permanece em posse da família até hoje e é seu local de moradia.

Alex passou os seus primeiros anos na cidade até que, no ano de 2013, mudou-se para Veranópolis a fim de estudar em um seminário da região. No ano seguinte, conseguiu transferir-se para o seminário de Flores da Cunha e passou a distribuir currículos na cidade. No mesmo ano, resolveu abandonar o seminário e conseguiu um emprego na empresa Móveis Florense<sup>36</sup>. Porém, não permaneceu na empresa por muito tempo, já que no final de 2014 recebeu o convite para ser chefe do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços dentro da Secretaria de Turismo, Indústria, Comércio e Serviços.<sup>37</sup> A respeito de sua filiação partidária, Alex conta que filiou-se ao Partido Progressista nos seus 16 anos porque tinha interesse pela política e mantinha vínculos com pessoas do partido, porém diz ter sido uma “filiação apenas no papel, muito parecida com minha atual situação dentro do PMDB.” É importante frisar que a nomeação de Alex veio através de um membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em um momento que ele ainda era filiado ao Partido Progressista. Contudo, meses mais tarde, o entrevistado viria a filiar-se ao PMDB. Sobre sua nomeação, Alex explica que:

Não teve vínculo político por toda uma trajetória trabalhando com a cultura italiana. Então eu vinha desde 2009 contando piada, que eu ganhei vários concursos de piada em “talian”<sup>38</sup> e várias atividades, semana do município, era associado aos amigos do museu, fui membro de várias entidades, então eu tinha uma visibilidade e chegaram ao meu nome. Ele me convidou e aí eu comecei lá em novembro de 2014<sup>39</sup>.

O entrevistado conta que, desde pequeno, viu o estudo da cultura italiana como seu grande hobby e que esse contato foi o que lhe permitiu “decolar” em sua vida, no ano de 2009, momento que ele define como o início de sua vida pública, através das diversas vitórias em concursos de piadas em “talian”. Portanto, nota-se na própria narrativa que o entrevistado elabora sobre sua trajetória que sua relação com a “cultura italiana” deu-se por duas vias: de

---

<sup>36</sup> A mesma empresa que veio a contribuir com o restauro do Casarão.

<sup>37</sup> O entrevistado explica a posição do seu cargo através da seguinte hierarquia: “Tem o secretário, e aí tem algumas secretarias que têm diretores e depois têm os chefes de departamento.” No caso de Alex, ele foi chefe de três departamentos dos quatro gerenciados por essa secretaria, apenas o departamento de turismo não foi chefiado por ele. Contudo, Alex conta que, por dividirem a mesma secretaria, pôde acompanhar de perto algumas pautas daquele setor, inclusive o andamento das obras do Casarão dos Veronese.

<sup>38</sup> Dialeto do idioma italiano praticado por descendentes de imigrantes.

<sup>39</sup> A transcrição da entrevista foi feita mantendo os termos originais utilizados pelo entrevistado. Na presença de palavras ou expressões que fogem às normas cultas da língua portuguesa utilizou-se aspas.

um lado, atuando como um propagador dessa cultura, fortalecendo a identidade italiana dentro do município de Flores da Cunha, e, por outro lado, essa lhe propiciou uma projeção no interior da cidade, o que teria tornado possível sua nomeação para a prefeitura, onde veio a desenvolver novos projetos relacionados a difusão de tal identidade. Em suas palavras:

Eu contava piada. Teve uma época em que tinha muito concurso nas comunidades, tinha eventos das rádios e eu ia contar piada, agora foi morrendo muito em função de que não tem quem puxe. O primeiro que eu fui foi em 2009 e digo que foi lá que eu comecei minha vida pública porque foi quando eu ganhei o primeiro concurso de piada. 2009 foi quando comecei a decolar e por um período de tempo fiquei muito nesse meio do humor e desse lado pejorativo da cultura. Depois, eu comecei a ver que se eu quisesse manter a cultura eu tinha que me aprimorar, mas eu “tava” num nível que já estava quase me profissionalizando como um humorista do talian, mas então, eu amadureci e disse não, a cultura é também isso mas não é só isso. E então, eu comecei a estudar e me relacionar com as pessoas mais entendidas, com os intelectuais que também tem muitos erros, “ah porque eu fiz um dicionário ou eu escrevi um livro eu sei tudo sobre o ‘talian’” e o “talian” não é isso. Tanto que quando eu fui dar aula nas escolas eu vi que o “talian”, até mesmo dentro do município, é muito heterogêneo. Então eu passei a estudar e ir em encontros nacionais de difusores do “talian” e nesses encontros eu descobri que o único município que havia cooficializado o “talian” foi Serafina Correa. E eu disse “poxa”. Em 2014 o “talian” foi reconhecido como patrimônio imaterial do Brasil e língua de referência. E, com isso, se começou a pensar que para conseguir fundos pra projetos a cooficialização dos municípios deveria ser feita de baixo pra cima. Por exemplo, depois que tivessem 200 municípios com o “talian” bem difundido e cooficializado poderia chegar em Brasília e pedir recursos. Então, eu voltei animado e disse, vamos cooficializar.

Na fala acima, Alex está se referindo ao projeto de cooficializar o “talian”, identificado como um dos dialetos dos descendentes de imigrantes italianos, como uma língua oficial do município de Flores da Cunha. A cooficialização, de fato, foi realizada através da Lei Municipal Nº 3.180, de vinte de abril de dois mil e quinze, de Flores da Cunha. É interessante para a nossa pesquisa, uma vez que pautamos o objetivo de verificar se há relações do Casarão dos Veronese com a categoria de turismo étnico, notar que, dentre outros motivos citados na lei referentes ao resgate, preservação e difusão do “talian” dentro do município, o inciso X do artigo 2º coloca que “O status de língua cooficial concedido por esta lei permite ao município através do ‘talian’, caracterizar a identidade da comunidade de descendente de imigrantes italianos, inserindo esta identidade no turismo rentável.”

Após a cooficialização, Alex conta que a Secretaria de Cultura do município passou a pensar em projetos relacionados a essa língua. Com isso, o entrevistado foi escolhido para ir às

escolas de Flores da Cunha, no total de 17, a fim de trabalhar com os alunos do 4º ano em oficinas do talian. Segundo Alex, “dentre outras coisas, teve-se a ideia de tentar junto com as famílias resgatar o talian, tentar fazer que quem tivesse na família ou nos vizinhos alguém que falasse que fosse buscar e aprender. Não era para ser uma aula, mas sim uma coisa interativa.” A menção dessa tentativa de “resgate do talian” ilustra para a nossa pesquisa a presença de uma política pública de educação feita pela prefeitura de Flores da Cunha com o objetivo de resgatar, preservar e difundir a “cultura italiana” dentro do município a partir de elementos linguísticos. Porém, o mais interessante para os fins da presente investigação é perceber que a existência dessa ação evidencia uma preocupação com a perda de identidade relacionada com a cultura dos descendentes de imigrantes, uma vez que, ao ser questionado acerca das motivações que teve para cooficializar o “talian”, Alex coloca que

A gente tá num município que, quer queira quer não, perdeu muito da essência, a gente foi se perdendo, a gente perdeu a nossa identidade. E quando eu falo em essência eu me refiro às origens do município. Se tu olhar o centro o que tem antigo? O que que tem da história? O campanário, a igreja e deu. Se perdeu a história. Flores da Cunha atropelou tudo. O preço do progresso em Flores foi pior do que Caxias, digo que Caxias respeitou mais da história. E eu vejo que Nova Pádua vai no mesmo caminho.

Neste momento, o entrevistado relaciona o fenômeno, no seu entender, de perda de identidade e da essência do município, no contexto da entrevista relacionado com o desaparecimento de vestígios e costumes da cultura dos descendentes de italianos, com o progresso do município, subentendido aqui como progresso econômico, que teria sido causador dessas perdas e que poderia ser facilmente visto através do baixo número de prédios antigos presentes no centro da cidade.

Acredita-se que seja possível relacionar essa preocupação com a perda da essência e da identidade do município com o fenômeno explicado por Nora (1993), já explanado na introdução deste trabalho, de aceleração da história, onde ocorreria uma consciência de ruptura com o passado e com a memória devido à emergência de uma “história crítica” no lugar de uma “história-memória”. Isso acabaria criando uma busca generalizada dos indivíduos pela busca de suas origens, culminando, entre outras consequências, na proliferação de “lugares de memória”. Para o autor:

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais, ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das

minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. (NORA, 1993, p. 17)

Neste sentido, entendemos que o projeto de cooficialização do “talian” encabeçado por Alex, e tão estimado por ele na hora de elaborar sua própria trajetória, foi um exemplo de ação em busca do encontro de suas “origens” e, ao ser efetuado como política pública pela prefeitura de Flores da Cunha, evidencia também um objetivo oficial e coletivo de buscar as “origens” do município, sobretudo, aquelas do grupo social composto pelos descendentes de imigrantes italianos.

Levando em consideração que o tombamento e restauro do Casarão dos Veronese pode também ser entendido como uma ação nesse sentido, e, além disso, um exemplo ainda mais preciso do fenômeno descrito por Nora, em que a preservação de vestígios materiais é bastante evidenciada, questionei Alex se ele pensa que o “atropelamento da história pelo progresso”, citado por ele, deu-se através da derrubada de prédios, devido à colocação de que as únicas coisas antigas que permanecem no centro são a igreja e o campanário. Sua resposta:

Essa foi uma das coisas. O preço do progresso foi muito nefasto. Por que? Porque nós tivemos aí prédios aniquilados porque querem aí o ‘novo’, o ‘bonito’. Pra mim uma casa antiga bem conservada é linda. Mas um prédio moderno poderia ser construído em qualquer outro lugar que seria tão bonito quanto. Essa é uma parte. Em segundo lugar, a vergonha. A vergonha de ser quem é. Começou a juventude a ir pra UCS estudar, aí já não queria mais falar com o ‘sotacón’<sup>40</sup>, não queria mais ser quem é. Então começou a infiltrar isso dentro das famílias, então a língua nativa, já década de 1980 e 1990 já foi morrendo. Então, as fotos, os documentos antigos, “ah porcaria”. Então Flores da Cunha tem muito disso. Derrubam as casas velhas, queimam as fotos antigas, não falam o talian mas botam as bombachas. Reverenciam os heróis farroupilhas. Eu me visto de gaúcho mas eu tenho propriedade porque eu preservo a minha cultura, tu entendeu? E também acho interessante porque estamos em um estado, por mais contraditório que seja essa figura do gaúcho pomposo de bota lustra e tudo mais, mas eu digo: tem que ter propriedade. E Flores da Cunha perdeu tudo. Mas eu fico admirado porque tem pessoas que tiram sarro de mim porque eu preservo a cultura italiana, a gaúcha também, mas enfim, e aí 20 de setembro estão todos lá, no rodeio estão pilchados. Não entendo.

A fala de Alex evidencia uma série de tensões presentes no município de Flores da Cunha que exigem uma análise complexa. Em primeiro lugar, mais uma vez, o entrevistado demonstra sua preocupação com a “perda das origens” que o município estaria sofrendo devido

---

<sup>40</sup> A expressão “sotacón” dita pelo entrevistado refere-se ao sotaque característico dos florenses, sobretudo das pessoas mais velhas ou moradoras de zonas rurais. Ao entrar em contato com a cidade vizinha de Caxias do Sul, muito mais urbanizada que Flores da Cunha, principalmente em ambientes vistos como elitizados, por exemplo a Universidade de Caxias do Sul, muitas pessoas acabam diminuindo ou perdendo este sotaque.

ao fato de parte da população estar deixando de lado o sotaque ao entrar em contato com o ambiente urbano de Caxias do Sul. Para ele, essas pessoas estariam deixando de ser quem são devido à vergonha. Levando em consideração que o “sotacón” a que Alex se refere é característico principalmente dos moradores de regiões mais rurais, pessoas de mais idade, e que colocam no interior da língua portuguesa expressões dos dialetos italianos, acreditamos que a vergonha de manter tais traços se relacione com um sentimento antigo dentro do município. Nas atas analisadas anteriormente que discutiam os possíveis usos do Casarão dos Veronese após o tombamento, ao defender a criação de uma espécie de museu com utensílios da imigração italiana surge a seguinte fala:

O senhor sabe que a valorização da cultura da imigração italiana é uma coisa muito recente. Nós, até há pouco tempo tínhamos vergonha de sermos filhos, netos ou bisnetos de imigrantes. A cultura italiana não tinha a valorização que tem hoje. Isto também é um motivo para mostrar para o pessoal destas localidades que temos trabalhado, de que não tem vergonha nenhuma em ser colono italiano, ao contrário, é isso mesmo que nós somos. Ninguém tem nada a ver com isso. (CPHAE, 1986, fl.30).

Logo, parece-me que Alex se vê inserido em um contexto parecido, no qual os descendentes dos colonos italianos sofrem com pessoas que “tiram sarro”, e enxerga na difusão do “talian” e no tombamento do Casarão dos Veronese alternativas para, além de encontrar suas origens, fortalecer essa identidade, evitando que as pessoas a abandonem devido à vergonha. Sobre a constituição da identidade de colono, Santos coloca que ela surgiu entre os imigrantes europeus a partir da posse de terras, as chamadas colônias. Com isso, devido à diferenciação que a propriedade da terra fornecia, segundo a autora (2010, p. 160), “a palavra colono, que era a designação oficial para o imigrante que adquiria um lote de terra em um projeto de colonização, converte-se em um símbolo de diferenciação étnica”. Tal constituição identitária teria se firmado em oposição aos latifundiários luso-portugueses e às figuras dos trabalhadores rurais despossuídos de terras, como os descendentes de escravos ou caboclos (WEBER, 2004, p. 82). Além disso, na fala de Alex é possível notar um confronto de identidades entre a representação do descendente de italiano e a representação do gaúcho, onde o entrevistado afirma que cultiva ambas apesar da característica “pomposa” do gaúcho. Contudo, o que surpreende Alex é o fato de imigrantes de descendência italiana negarem ou não preservarem esses traços identitários e aderirem apenas à figura do gaúcho. A respeito dessa adesão à figura do gaúcho em regiões coloniais, Weber escreve que

os estudiosos do fenômeno que tornou a figura do “gaúcho” símbolo da identidade sul-riograndense sempre observam que tal representação se impôs a despeito de ser pouco representativa das áreas mais dinâmicas do Estado, as regiões coloniais. E as

explicações para o fato dos imigrantes terem aderido a tais representações convergem: forma simbólica de ascensão social, pois gaúcho representaria um tipo socialmente superior (OLIVEN: 115), endosso de bens culturais socialmente reconhecidos (PESAVENTO: 394). (WEBER, 2005, p. 10-11)

Contudo, além de percebermos a constituição de duas identidades distintas no município, em alguns momentos sendo reunidas em um mesmo indivíduo e em outros atuando de forma conflitante, é possível notar, através das memórias acionadas por Alex, que o processo de perda de “essência” e de “identidade” já mencionado, na visão dele vinculadas com a cultura dos descendentes de imigrantes italianos, teria como um de seus sintomas, na perspectiva do entrevistado, o descaso da população com a preservação de prédios e fotos antigas. Assim, verifica-se em suas falas um ponto central para a nossa pesquisa que é a crença de que a preservação do patrimônio edificado possa ter relação com a difusão de identidades. Por isso, ao ser questionado a respeito de sua opinião acerca do tombamento do Casarão dos Veronese, Alex conta que o entende

de forma positiva. Eu tombaria muito mais coisa, eu teria tombado meia Flores da Cunha. Se eu tivesse nascido há 50 anos atrás, talvez eu seria um louco que nem o Eloy Kunz<sup>41</sup>, se tu estudar o Eloy Kunz, eu tenho um pouco de Eloy Kunz mas me falta, sabe? Eu não falo 4 línguas a mais, eu não tenho tanto empreendedorismo, me falta um pouco de Eloy Kunz. Mas eu digo assim, um pecado mortal foi o Casarão dos Mascarello<sup>42</sup>, isso aí foi uma atrocidade com a nossa história, assim ó, estapafúrdia, porque ali saía o mofo e até ele continha a história de Flores da Cunha. Isso era uma coisa que tinha que ter sido tombada. Essas casas ali quanto tempo tu acha que vai durar? E eu agora, sabe qual é a minha vontade? Não quero nem ver. Eu quero mais é que derrubem e façam prédio pra que daqui há 20 anos se arrependam, quero que façam prédios lindos, maravilhosos, com espelhos, com vidro, tudo. Depois daqui 20 anos venham “ah olha Caxias, estão aproveitando pro turismo as casas velhas da Júlio, olha Antônio Prado, olha Garibaldi, eles fazem o vintage<sup>43</sup>, vai um monte de

---

<sup>41</sup> Eloy Kunz foi um empresário, com descendência alemã e italiana, que residiu em Flores da Cunha e é tido como o grande responsável por desenvolver o turismo do município. Isso deu-se através da vinculação do “galo” com a imagem da cidade ao atrelá-lo como símbolo das bebidas que exportava para fora da cidade (alguns dos nomes eram Cockland, Redcock e Sang’Galo). Mais tarde, Eloy Kunz abriu uma pousada nomeada Galo Vermelho. Inicialmente, o galo era símbolo de desprezo para os florenses devido a um suposto acontecimento em que um mágico teria prometido cortar a cabeça de um galo e fazê-lo cantar novamente. Após cortar o pescoço do animal no palco, o mágico alegou que iria buscar um pó mágico para reviver a ave e teria fugido com o dinheiro do público pelos fundos do espetáculo. Logo, ao desenvolver o turismo da região a partir desta imagem, Eloy Kunz é visto como o responsável por transformar um símbolo de vergonha em um símbolo de orgulho. Atualmente, Flores da Cunha é conhecida como a “terra do galo” (SARETTA, 2013).

<sup>42</sup> O casarão dos Mascarello foi um prédio localizado no entorno da praça central de Flores da Cunha que recentemente foi derrubado para a construção de um edifício que hoje abriga uma loja de departamentos. O prédio abrigou durante anos um armazém administrado pela família Mascarello.

<sup>43</sup> O entrevistado refere-se a um evento realizado na cidade de Garibaldi, desde 2014, baseado na temática dos anos da década de 1920 a 1960. O evento é caracterizado pelo consumo de espumantes, venda de comidas,

gente, ‘tão’ ganhando um monte de dinheiro”. É mais atrativo visitar estas outras cidades. Então, Flores tem um monte de vinícola, é o maior produtor de vinhos do país e a cidade não ajuda, porque um turista que quer ver prédio vai pra São Paulo.

Outro aspecto que pode ser identificado na entrevista é a relação estabelecida da preservação do patrimônio com sua utilidade turística e econômica. Alex, inclusive, utiliza isso como motivo de deboche aos responsáveis por derrubarem os prédios antigos para construir edificações modernas em seu lugar, arriscando uma previsão de que, no futuro, esses que se preocupam muito com o dinheiro ficarão arrependidos quando perceberem que os imóveis antigos também poderiam ser fonte de rendimento, como acontece com as cidades vizinhas de Caxias do Sul, Antônio Prado e Garibaldi. Tal visão é reforçada ainda nesta fala

Flores que nem eu te disse, e repito, Flores não sabe a importância disso, porque aparece no jornal e as pessoas não veem. Agora, quando que aparece 2 milhões as pessoas dizem: “olha quanto dinheiro que a Florense está colocando lá, poderiam ter feito mais um pavilhão”. Então criar na gurizada a importância, por que que é importante ter o tombamento? Porque é um bem estadual, é um patrimônio, todo o estado tem um patrimônio que está em Flores, que é uma construção de lá de mais de cem anos atrás. Então faz falta criar consciência. Só que os velhos já foram, não adianta, tu pode explicar, eles não vão entender, mas começar nas novas gerações a tentar inculcar a importância.

E ainda nesta:

Mas precisaria que todos os empresários tivessem essa visão, tem que investir em cultura, investir em um restauro, sei lá, no teto de uma escola, não é só fazer capital e comprar apartamento na praia e comprar uma máquina nova pra empresa e trocar os móveis de casa, sabe? A gente tem muito capital em Flores, mas é um capital que não vai pra isso, poderia ser até umas ‘migalhas’, acho que seria muito mais vantajoso pra cidade, mas não se tem essa consciência.

Através dos dois trechos é possível identificar uma crítica à preocupação dos empresários que, apesar de possuírem um grande capital, não investem em patrimônio para a cidade, mas sim na expansão de suas empresas ou em bens de distinção social. Isso pode ser comparado ao que Lewgoy (1996, p. 15) detecta no grupo de descendentes italianos de Antônio Prado, onde existe uma prática de “contabilidade constante do *status* e ascensão social atingido pelo vizinho, amigo ou parente”, em que as principais formas de expressar a distinção social obtida, através do valorizado progresso econômico neste município, além da obtenção de um diploma universitário, se dão através da compra de carros do ano, casas novas ou gostos sofisticados.

Além disso, o entrevistado acredita que a única forma de mudar a mentalidade de descaso com o patrimônio público seria “incutir consciência” nas novas gerações, através de projetos, como, por exemplo, o das oficinas de “talian”. Ainda sobre a visão de Alex a respeito das relações da cidade com a preservação do patrimônio, o entrevistado conta o seguinte fato:

Mas não adianta só tomar, como não adianta só fazer a lei do “talian”, tu tem que explicar, tem que mastigar, tem que ir nas escolas, tem que ter alguém que se dedique e que vá atrás e isso não aconteceu ainda. Foi feito com determinada escola, eu não vou fazer nome mas a pessoa mereceria ser citada, teve uma professora de história, professora de história, que disse: “sim, sim, tanto dinheiro para esse ‘potatcho<sup>44</sup>”, uma professora de história que com os técnicos do IPHAE, arquitetos responsáveis, foram lá mostrar para as crianças, para os professores, e a professora de história me sai com uma anedota dessa: “tanto dinheiro para uma porcaria dessas”. Então repito, não adianta tomar, tem que criar consciência, tudo tem que criar consciência, Flores da Cunha é muito curta, tudo que faz tem que explicar, tu faz um leão na praça tem que explicar se não vão dizer “gastaram 150 mil num leão”.<sup>45</sup> O leão foi presente do Vêneto, é um símbolo, e às vezes tu bota no *face*, tu bota no *twitter*, tu fala na rádio, tu bota no jornal e as pessoas nada, não sei o que que falta.

Portanto, mais uma vez, é possível identificar a presença de outras memórias acerca do Casarão dos Veronese que não correspondem com as registradas no processo de tombamento, na imprensa e na cerimônia de inauguração descrita no próximo subcapítulo. Enquanto nestas narrativas o Casarão foi descrito como um bem material cuja preservação seria de grande importância para o município e estado, na fala dessa citada professora de história, que indigna ainda mais o entrevistado por conta de seu posto, dando a entender que se espera de qualquer professor de história a ideia de que a preservação do Casarão seja vista como um ato louvável, o bem material é descrito como um “potatcho” que não merece o investimento feito. Essa visão destoante acerca do edifício pode ser entendida, a partir do referencial de Pollak (1989), como uma memória que foge ao enquadramento moldador da memória oficial, sendo o que o autor chama de “memória subterrânea” ou “memória marginal”. Segundo Pollak:

Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral parte das memórias individuais faz aparecerem os

<sup>44</sup> Palavra presente no dialeto da região que caracteriza algo de pouco valor. Possui um sentido parecido com a palavra “porcaria”.

<sup>45</sup> O leão a que Alex se refere trata-se de uma estátua que a cidade recebeu de entidades italianas para homenagear os imigrantes do município. Contudo, parte dos moradores criticaram o valor gasto em um pedestal para situar o leão em uma posição de destaque. Fonte: <http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/leao-alado-simbolo-de-um-territorio-cristao-e-de-paz/3543> Acessado em 21/12/2017.

limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (POLLAK, 1989, p.12).

Com isso, nota-se, inclusive, as limitações da presente pesquisa que não pôde, devido ao tempo e à extensão do trabalho, detectar outras “memórias subterrâneas”, ou seja, nas palavras do autor, aplicar o “procedimento inverso”. Contudo, ao perceber que, de fato, existem outras memórias referentes ao bem edificado e seus processos de tombamento e restauro, abre-se brecha para possíveis trabalhos posteriores.

Como evidenciado acima, a memória de Alex referente ao Casarão dos Veronese é distinta da que foi apresentada pela professora:

Se ele der certo, que eu espero que dê certo, vai ser um símbolo. Eu acho que vai ser um espaço que, se a pessoa não sabe nada da cultura italiana, vai aprender muito porque pelo que peguei vai ter o espaço da massa, o espaço do vinho, o espaço do milho, o espaço do trigo, o espaço disso e o espaço daquilo. São salas temáticas, interativas, bem explicado, com vídeos passando, e a inauguração é sexta. Então, não sei se tudo está pronto. Mas vai ser um espaço muito completo se contemplarem tudo que disseram que vai ter.

Para ele, o Casarão dos Veronese possui potencial para tornar-se um dos símbolos da cidade e atuar como espaço de ensino a respeito da “cultura italiana”. O entrevistado ainda destaca outro uso possível para o bem relacionado ao turismo:

Eu vejo que Otávio Rocha tem um potencial muito grande e eu fiquei muito feliz esses dias que eu vi que eles se organizaram, alguns empresários, isso é muito bom quando não tem a prefeitura no meio, quando outros setores da cidade se envolvem é melhor, porque daí não tem cunho político, partidário e tal. Eu vi que empresários de Otávio Rocha, junto com o SEBRAE, criaram a Vila, tipo um roteiro turístico de Otávio Rocha e aí eu espero, dentro disso, quem vai a Otávio Rocha seja aproveitado, todo o turista que passar por Otávio Rocha vai ter um micro, vai ter um carro que vai levar as pessoas pra conhecerem o Casarão e desfrutar de tudo o que vão oferecer lá porque o projeto é audacioso, tem um bistrô, tem espaços temáticos, espaços interativos.

A partir disso, percebe-se, novamente, uma projeção de uso para o bem material edificado através do turismo. Alex ainda coloca que, “se for um fator de estímulo ao turismo, que chama gente, gente vem e gente gasta, se vier e tomar uma água é lucro, veio, abasteceu o carro, é lucro, a gente tem que pensar assim. Se tiver 10 pessoas por semana que for, ao longo de alguns anos vai se pagar o dinheiro que foi gasto”, reforçando, mais uma vez, o potencial econômico do bem edificado. Por fim, Alex confirma que, na sua visão, os usos mais adequados para o bem seriam a utilização econômica através do turismo e da propagação da “cultura italiana” através de possíveis visitas de escolas:

Acho que o turismo é o que nos resta e daqui há pouco levar as escolas pra conhecer, se tiver um bistrô bom que as pessoas de Flores digam: “Ah, sábado vamos lá no bistrô do Casarão?” Se isso acontecer, meu Deus, maravilhoso sabe? Se tiver que ampliar o bistrô do Casarão daqui há dois ou três anos, formidável. Mas também se for conduzido de uma maneira que vá decaindo, que ninguém saiba de nada do que está acontecendo, ou que o turista não vai e ninguém vai e começa a dar problema e ninguém arruma, aí será um desastre. Mas tomara que seja utilizado da melhor maneira possível.

Com isso, a partir da análise da entrevista de Alex, penso que seja possível detectar uma série de memórias ativadas ao contar sua trajetória de vida e emitir suas visões acerca do Casarão dos Veronese. Em primeiro lugar, foi possível notar que, mesmo que o entrevistado tenha sido convidado para falar do bem edificado, ao questionar acerca de sua vida, ele escolhe acontecimentos relacionados com a difusão da cultura de imigrantes italianos para compartilhar, como, por exemplo, sua participação na aprovação da lei de cooficialização do talian e seu trabalho nas escolas. Dessa maneira, penso que o entrevistado enxerga as duas ações, a cooficialização e ensino do “talian” e o tombamento/restauro do Casarão, como pertencentes a um mesmo conjunto, identificado como uma maneira de preservar, resgatar e difundir a “cultura italiana” dentro do município, devido ao medo da perda de sua “essência” ou “identidade”. O fato de mencionar suas ações referentes ao “talian” também pode ser visto como uma maneira de lhe conferir legitimidade para emitir opiniões acerca do tombamento e restauro do bem, algo que confere a ele “propriedade” por “todo uma trajetória com a cultura italiana”. Acredito que, de fato, ambas as ações possuem vinculação, uma vez que entendo as duas como exemplos do processo descrito por Nora (1993), onde a consciência de uma separação entre a memória e a história gerou uma busca desenfreada pelas origens por parte dos indivíduos e grupos sociais, assim como podem ser compreendidas como mecanismos que contribuem para o fenômeno descrito por Weber (2004) de avanço dos italianos, quando esse grupo em especial obteve sucesso em difundir sua cultura e a representação do imigrante italiano dentro do Rio Grande do Sul e do Brasil. Por último, nota-se também uma projeção de utilizar o Casarão para, através do turismo, difundir produtos relacionados com a imigração italiana, aproximando sua utilização da categoria de turismo étnico trabalhada por Weber (2006).

#### **4.2 – A SOLENIDADE DE INAUGURAÇÃO**

Retomando as colocações de Petersen e Lovato (2013), Pollak (1989 e 1992) e Zamin (2006) utilizadas na introdução deste trabalho, gostaria de frisar novamente que a preservação

do patrimônio edificado se relaciona diretamente com o processo de construções de memórias e que esse fenômeno, por sua vez, parte sempre de preocupações do presente e envolve disputas entre grupos sociais. A partir disso, entende-se que a solenidade de inauguração do restauro do Casarão dos Veronese configura-se em um acontecimento chave de reconstrução destas memórias e que, a partir de sua análise, seria possível refletir acerca de sua constituição e do grupo social que está vinculado prioritariamente com o trabalho de “enquadramento da memória”.

Com isso em mente, na manhã do dia quinze de dezembro de dois mil e sete, por volta das nove horas e trinta minutos, saí do centro do município de Flores da Cunha, local onde residem meus pais, e me dirigi para o distrito de Otávio Rocha de carro. O deslocamento durou cerca de quinze minutos até chegar ao Casarão dos Veronese<sup>46</sup>. Havia visitado a edificação apenas uma vez até então, em um domingo à tarde, quando as obras ainda estavam em andamento e o local encontrava-se vazio. A situação do dia quinze era extremamente contrastante. Os sinais desse antagonismo poderiam ser vistos já a alguns metros antes de chegar ao Casarão devido à presença de cones de sinalização em meio à estrada e de guardas instruindo como os motoristas deveriam estacionar. No momento em que cheguei ao local, grande parte do público já estava presente. Dessa forma, a quantidade de carros na beira da estrada chamava muito a atenção, principalmente por ocuparem os gramados e barrancos de ambos os lados da via, pois não existia espaço para estacionar e nem acostamento. Em frente ao Casarão, havia sido montada uma estrutura contendo uma grande tenda branca que protegia do sol forte, característico do calor que faz na região em dezembro, e abaixo dela estavam colocadas aproximadamente umas duzentas cadeiras de plástico. Assim que cheguei, a maioria das pessoas estavam em pé cumprimentando-se e conversando de maneira animada. Cheguei ao local sozinho e logo escolhi uma cadeira que se encontrava mais ou menos na metade das dezoito filas de lugares dispostos. Em seguida, sentou ao meu lado um amigo que estava no evento trabalhando no fornecimento de internet por sinal de wi-fi. Ele me contou que o serviço havia sido solicitado principalmente devido à presença de veículos da imprensa, mas o sinal estava aberto para todos os participantes da cerimônia<sup>47</sup>. Ficamos sentados, conversando e aguardando o início da solenidade que estava marcada para as 10 horas e começou por volta de 10 horas e 40 minutos. Os minutos que precederam o início da cerimônia foram de intensa

---

<sup>46</sup> Interessante notar que, ainda que já conhecesse as estradas por onde passei, naquela manhã percebi que, no trajeto feito entre a minha residência e o Casarão dos Veronese, passei em frente tanto da empresa Móveis Florense como da empresa Keko Acessórios. É importante frisar que existem diversos caminhos alternativos para se chegar ao Casarão dos Veronese.

<sup>47</sup> O local em que o Casarão está inserido conta com um sinal de celular e internet móvel bastante instável.

conversa informal. Parte do público concentrava-se nas primeiras fileiras de cadeiras e em volta de uma comprida mesa colocada naquele local. A maior parte destas pessoas eram homens vestidos de terno e gravata, ou apenas de camisa social, e permaneciam a grande maioria em pé, passando a impressão de que gostariam de ser vistos pelos demais. Como cidadão florense reconheci alguns por serem membros da Câmara de Vereadores, funcionários da Prefeitura, ex-prefeitos, empresários e membros ou diretores de outras entidades. O restante do público tomava os lugares devagar ou permanecia ao fundo da tenda conversando, o figurino não destoava tanto: a maioria dos homens vestia calça e camisa social ou camisa polo, enquanto que as mulheres, mais presentes nesta parte do público, trajavam, em sua maioria, vestidos longos, sapatos de salto alto ou camisas sociais. Desde que cheguei até o início da cerimônia, ao barulho das conversas misturavam-se canções italianas cantadas por um grupo composto de um homem e três mulheres, vestidos com roupas alusivas aos imigrantes italianos. Pessoas sentadas próximas de mim me esclareceram que se tratava do grupo *Ricordi*<sup>48</sup>, conhecido na cidade. Logo que a cerimônia teve início, praticamente todas as cadeiras foram ocupadas e o fundo, juntamente com uma das laterais da tenda, contava com um número considerável de pessoas em pé. Nas laterais havia uma circulação significativa de fotógrafos e funcionários de apoio da prefeitura, mas esses não chegavam a desviar a atenção do evento. A solenidade foi conduzida por uma mestra de cerimônias e dividiu-se da seguinte maneira: apresentação do projeto, breve narrativa sobre o Casarão dos Veronese citando a relação com as famílias que nele moraram com destaque para a Veronese, apresentação e convocação das pessoas que ocuparam a mesa disposta em frente às cadeiras, pronunciamentos dos membros da mesa, bênção do Casarão liderada por um padre, entrega de uma espécie de troféu, feito com parte das madeiras que sobraram do restauro, e visita ao interior do Casarão. Após, parte dos convidados dirigiu-se ao Salão Comunitário de Otávio Rocha para almoço servido de Menarosto, “prato típico da cidade de Flores da Cunha” segundo a mestra de cerimônias.<sup>49</sup>

As narrativas sobre o Casarão enunciadas na ocasião foram muito parecidas com as encontradas nos jornais, descrevendo a chegada de Felice Veronese à localidade, seu casamento com Domênica, a construção do imóvel, o nascimento de seus filhos, o início da produção de

---

<sup>48</sup> *Ricordi* significa “memórias” no idioma italiano.

<sup>49</sup> O menarosto trata-se de um prato preparado com carne de frango, de coelho, leitão e codorna temperados. No dia 09 de agosto de 2010 foi aprovado na Câmara de Vereadores de Flores da Cunha um projeto de lei que confere à iguaria o *status* de “prato típico do município”. Tal constatação e sua utilização na solenidade de inauguração mostra-nos uma tendência de vincular o Casarão com produtos dito “típicos” da região, tornando-se mais um aspecto que aproxima o bem de sua utilização a partir da categoria de turismo étnico. Fonte: <http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/menarosto-e-instituido-prato-tipico-de-flores/1062> Acessado em 22/12/2017.

pólvora e estudos químicos realizados por Luís, os repasses às demais famílias e, para finalizar, a menção ao tombamento e ao início do restauro. Após o breve discurso, foram saudadas todas as autoridades presentes ou seus respectivos representantes. Nesta lista foram mencionados cinquenta e um nomes identificados a partir dos seguintes cargos: secretários da prefeitura, prefeitos do município e de cidades vizinhas, primeira dama, ex-prefeitos, vereadores do município e de cidades vizinhas, ex-vereadores, deputados estaduais, empresários ou diretores de empresas, arquitetos, membros do IPHAE, governador, reitor da Universidade de Caxias do Sul, ministros, membros da Brigada Militar, membros do IBAMA e cônsul italiano no Rio Grande do Sul. Dentre estes nomes, dez deles foram chamados para compor a mesa citada e, mais tarde, proferirem seus pronunciamentos, na seguinte ordem: Paulo Veronese, neto de Felice Veronese; Remi Damin, presidente da Associação Amigos de Otávio Rocha; Leandro Mantovani, diretor da empresa Keko Acessórios; Gelson Castellan, vice-presidente da empresa Móveis Florense; Nicola Occhipinti, cônsul da Itália em Porto Alegre; Renata Horowitz, diretora do IPHAE; Moacir Ascari, presidente da Câmara dos Vereadores de Flores da Cunha; Vitor Hugo Alves da Silva, secretário estadual de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Carlos Búrigo, secretário estadual de Planejamento, Governança e Gestão, enviado como representante do Governador do Estado José Ivo Sartori e, por último, Lídio Scortegagna, prefeito municipal de Flores da Cunha.

Dessa maneira, no referido momento, norteamos nossa pesquisa pela análise dos pronunciamentos proferidos na solenidade, considerando-os, devido ao seu espaço de fala e por suas posições de legitimidade dentro da cerimônia, como os principais agentes do processo de “enquadramento de memórias” levado a cabo no recorte temporal estipulado para este subcapítulo que se refere à inauguração do Casarão dos Veronese. Além disso, seu acontecimento tornou possível que os principais agentes envolvidos em seu restauro estivessem reunidos e com a oportunidade de compartilhar suas narrativas, tornando a cerimônia um evento de grandes possibilidades para a coleta de fontes históricas para a pesquisa. Com isso, conduzimos nossa análise não pela ordem dos pronunciamentos, mas pelos temas que consideramos como repetitivos e centrais da cerimônia, muitos deles já detectados em outras fontes, como o processo de tombamento, a entrevista de Alex Eberle e as reportagens jornalísticas.

Uma primeira memória trata-se da vinculação do Casarão dos Veronese com a trajetória de seu construtor, Felice, e de sua família. A menção inicial que vimos a ele deu-se logo que chegamos ao evento, antes da cerimônia começar, quando o grupo *Ricordi*, entre uma e outra canção, fazia dedicatórias ao casal Felice e Domênica e aos seus filhos, além de referir que

algumas das canções entoadas também devem ter sido cantadas por Felice e sua família<sup>50</sup>. Ao iniciar a inauguração, a primeira fala feita pela mestra de cerimônias foi a narrativa da chegada de Felice ao Distrito de Otávio Rocha, seguida pela construção e ocupação do Casarão por ele e sua família. Na sequência, a família foi citada, mais uma vez, por Paulo, neto de Felice:

Eu fico a imaginar se eles pudessem também estar aqui presentes, que emoções sentiriam o casal Felice e Domênica e os filhos Luis, Enrique, Luisa, Albino, Elisa, Atilio, Rosina e Ernesto que moraram nesse casarão. Felice Veronese chegou, imigrou da Itália, chegando aqui com 27 anos, solteiro, sozinho, em seguida conheceu a nona Domênica, Domênica Sella, casou em 1894 em Caxias e é de espantar, chama a atenção, o fato de que num curto espaço de tempo de 16 anos, esse casal pôde prosperar e a partir de uma colônia de terra virgem, terra crua, poderem, através do trabalho e do empenho, poderem construir essa casa de pedra enorme com requintes e peculiaridades não usuais para a época, demonstrando todo o resultado de um trabalho muito árduo, mas isso não seria exclusividade daquele casal, pois isso demonstra que todos os imigrantes que chegaram nesta região, chegaram em Otávio Rocha, chegaram nesta região, trouxeram consigo essa vontade de trabalhar, “*la volontà di laborare*” em dialeto “*la voia de laurare*”. Isso caracterizou todo esse grupo de gente, eu diria que é um valor que ainda está presente nas gerações posteriores, isso podemos provar pelo desenvolvimento dessa nossa região.<sup>51</sup>

Na fala de Paulo, além da associação do Casarão com sua família, o que para ele “chama a atenção” é a prosperidade alcançada pelo casal em um espaço de tempo tão curto. O orador associa isso com o “trabalho muito árduo” da família, com a sua “vontade de trabalhar”, que, segundo ele, não é exclusivo desse casal, mas um traço que “caracterizou todo esse grupo de gente” e que “ainda está presente nas gerações posteriores”, podendo ser provado pelo desenvolvimento da região. A valorização do trabalho e a representação do imigrante italiano como uma pessoa que se faz a partir dos próprios braços já foi detectada em diversos outros locais de imigração italiana, inclusive na localidade vizinha e já citada neste trabalho de Antônio Prado. A partir do trabalho de Mocelin (1989), Lewgoy (1992, p. 182-185) coloca que a identidade étnica dos descendentes de italianos baseia-se nos valores da terra, família e trabalho a partir da ativação do mito fundador desse grupo, o mito do imigrante. A partir disso, os descendentes de italianos atribuem um valor muito grande ao trabalho porque enxergam nele

---

<sup>50</sup> A última canção feita pelo grupo foi a famosa “*Mérica Mérica*”. Sobre o assunto Beneduzi (2005, p. 283) escreveu que “Acresce-se à literatura, enquanto construtora de uma percepção da imigração, a música, também parte desse sustentáculo imagético da operosidade do colono italiano, no estado, de sua dedicação ao trabalho. Como diz uma das canções mais célebres da imigração, *Mérica Mérica*, nas dificuldades foram construídas as indústrias e formadas as cidades”.

<sup>51</sup> Nos discursos, mais uma vez, optou-se por transcrever sem correções. As gravações foram feitas em arquivo mp3 e são de posse do autor deste trabalho.

o mediador entre a situação de pobreza inicial e o sucesso de alguns de seus descendentes, criando na região uma mentalidade de que o progresso está necessariamente vinculado com a acumulação de capital econômico. Outra consequência deste processo é a criação de uma memória segundo a qual o imigrante italiano prosperou a partir de seu “próprio esforço” ou “de seus próprios braços”.

A valorização do trabalho apareceu, ainda, na fala do presidente da Câmara dos Vereadores, Moacir Ascari:

Na verdade, se nós fomos lá buscar a família Veronese quando veio pra cá com 27 anos da Itália, um imigrante, desbravador das matas aqui e construir, ele devia ter sido um arquiteto, um engenheiro né, um pedreiro, um marceneiro, para construir e iniciar uma obra há tantos anos atrás, mais de 135 anos de imigração italiana. Então, nós temos hoje um orgulho de estarmos preservando aquilo que os nossos antepassados fizeram e fazem pelo nosso município, pelo estado do Rio Grande do Sul, para não dizer pelo Brasil. Aonde existem imigrantes que vieram da Itália, né conselheiro?, certamente deu certo e dará certo porque são pessoas desbravadoras, pessoas empreendedoras e que bom que nós estamos aqui no dia de hoje.

Segundo Ascari, o fato de Felice ter iniciado a construção há tantos anos sugere que tal indivíduo reunia, em si mesmo, habilidades de diversas profissões (“arquiteto, engenheiro, pedreiro e marceneiro”), demonstrando, dessa maneira, uma grande admiração pelo trabalho exercido pelo imigrante italiano. Além disso, o orador foi além e afirmou que “aonde existem imigrantes que vieram da Itália, certamente deu certo e dará certo porque são pessoas desbravadoras, pessoas empreendedoras”. Tanto neste trecho da fala de Ascari, como no discurso de Paulo Veronese, é possível identificar traços característicos da construção de memórias da imigração italiana que moldaram a identidade desse grupo a partir da valorização do trabalho. Tal fenômeno integra a construção e a realimentação constante do mito do imigrante que representa a figura do descendente de italianos como um “desbravador das matas” que fez “colônias virgens” prosperarem até virarem cidades desenvolvidas economicamente e “civilizadas” em oposição à “barbárie” ali encontrada. Segundo Beneduzi,

Quando se fala na construção de uma memória sobre a imigração italiana, em absoluto entende-se que essa parte de algo inexistente, ou que é desde sua base uma construção fantasiosa. Tem-se presente que a contínua elaboração dessa imagem positivada do processo migratório reside em traços reais do percurso, os quais, progressivamente, são tecidos como uma epopeia, o grande êxodo para a terra prometida. Assim, são destacadas essas marcas de sofrimento e trabalho árduo para transformar uma terra inóspita e virgem em um potente centro produtivo, ressaltando sempre que a nobreza da raça italiana foi produtora desse núcleo de civilidade no coração da floresta. (BENEDUZI, 2005, p. 278)

Além disso, nota-se a descrição dos imigrantes italianos como pessoas naturalmente empreendedoras, sendo sua presença garantia para a localidade que os recebe que “as coisas deram e darão certo”, subentendidas por nós como um desenvolvimento econômico para a região. Sobre isso, Lewgoy coloca que:

As ideias do “espírito empreendedor do italiano”, do “fazer-se sozinho”, vencidas as primeiras dificuldades encontradas – o isolamento na mata, as dificuldades de transporte e a ausência de mão-de-obra especializada em construções – ajudar a compor o quadro das narrativas de origem do grupo imigrante, agora transportadas ao terreno das habitações. (LEWGOY, 1992, p. 210)

Tais elementos puderam ser detectados também nas colocações feitas pelo secretário Carlos Búrigo que destacou o desenvolvimento e o espírito empreendedor dos imigrantes italianos. Além disso, percebe-se a relação entre tal representação e o fenômeno descrito por Nora (1993), segundo quem a preservação do patrimônio edificado, entendido como um “lugar de memória”, serviria como uma garantia de que o passado e o presente permaneceriam unidos e de que não ocorreria a perda das “raízes” desse grupo, preocupação já detectada na entrevista analisada anteriormente. Disse o secretário:

Então, dizer da satisfação que a gente encontra aqui com a casa Veronese toda ela restaurada que demonstra aqui as lembranças culturais, afetivas, de um povo imigrante que veio aqui em uma época tão difícil e construiu, meu caro cônsul, essa herança cultural, desenvolvimento, empreendedorismo, isso sim vai ficar aqui para que as próximas gerações possam fazer a ligação do futuro com o passado, que a gente não pode perder as raízes que nós temos nas nossas vidas.

Na fala de Leandro Mantovani também é possível perceber, ainda que de forma um pouco mais indireta, a valorização do trabalho exercido por Felice ao construir o Casarão. Segundo o diretor executivo da Keko Acessórios, o trabalho realizado por Felice e sua família poderia ser visto como um bom exemplo que deveria ser seguido pelas próximas gerações, mostrando um ponto de contato com a fala de Búrigo, ao considerar a construção e a preservação do Casarão como um legado às gerações futuras:

Senhoras e senhores, muito bom dia. Eu me recordo quando o Lídio fez o convite para participarmos desse projeto, e nós não tivemos dúvida quando ele fez esse convite porque esse projeto estava muito vinculado aos nossos valores, dois deles, principalmente, que é respeito às pessoas e agir pró-ativamente na área socioambiental. Dessa forma, a gente acredita que, mesmo antes da educação formal, a formação do caráter das pessoas é muito importante. E a gente sabe que os primeiros valores a gente recebe na família, depois na educação formal, mas a gente sabe pela história que um povo sem história também não tem bons exemplos para serem seguidos. Então, nós precisamos da história para seguir os bons exemplos assim como

a família Veronese nos deixou aqui em Flores da Cunha. Então, nós estamos, assim, muito orgulhosos de participar desse projeto, porque a gente sabe que isso é uma sementinha que deixa bons exemplos para as gerações futuras. Isso que a gente precisa pro futuro, de bons exemplos, né.

No trecho citado, é possível detectar uma visão da história como mestra da vida, sobretudo quando ele afirma que “nós precisamos da história para seguir bons exemplos” e que “um povo sem história não tem bons exemplos para serem seguidos”. Segundo o orador, a família Veronese deixou um bom exemplo para as gerações futuras, assim como ele pretendeu deixar ao auxiliar no restauro do Casarão, caracterizando tal ação como “uma sementinha que deixa bons exemplos para as gerações futuras”. Tal visão a respeito da história, como uma fornecedora de bons exemplos a serem seguidos no futuro, é descrita por Hartog (1997) no que o autor chama de “tempo da *historia magistra vitae*”. O autor classifica determinadas visões de história e relações com o tempo a partir do conceito de “regime de historicidade” que, para ele, é “uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo” (HARTOG, 1997, p. 8). Ou seja, os “regimes de historicidade” nos permitem ver e escrever as experiências do tempo de determinada maneira, ou tentar fugir dela, elaborando novas maneiras. No que diz respeito ao tempo da *historia magistra vitae*, segundo nossa avaliação expressa no depoimento de Mantovani, é o passado que ilumina o futuro, por isso, deve-se retirar dele ensinamentos, alimentando, dessa maneira, a crença que o futuro conterà as mesmas regras e experiências do passado (HARTOG, 1997). Com isso, detecta-se a construção de uma memória que tanto a família Veronese, ao prosperar e construir o Casarão, quanto como os responsáveis pelo restauro deixam para as gerações futuras bons exemplos que devem ser seguidos, sendo a história a responsável por fornecer esses ensinamentos.

Outro assunto extremamente presente nos discursos a respeito do Casarão foi a questão da sua utilidade para o turismo. Vimos que esse tema acompanha a edificação dos Veronese desde a época de seu tombamento, conforme as atas citadas no processo referente à preservação. Contudo, entre os anos que separam o tombamento do restauro, percebemos que o imóvel foi pouco aproveitado no sentido de atrair turistas, tendo sido noticiado sempre como um local com potencial turístico para o futuro. Porém, logo que terminou o seu restauro, a vinculação do bem edificado com o turismo, já detectada nas falas do entrevistado Alex Eberle, ressurgiu com muita força e insistência e parece que, mais uma vez, vai indicar os seus usos futuramente.

O potencial turístico do bem aparece, ainda, na fala do Secretário Estadual de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, Victor Hugo, que disse ter “gostado demais de ouvir falar em turismo cultural”:

O sol resplandece e o sol traz o passado aos nossos corações. O sol permite que projetemos a luz dessa manhã brilhante pra conduzir a história bonita desta família, deste povo, desta gente. A história que se perpetua. Um ato de restauro, restaura a própria vida, restaura a verdade bonita da vida. É por isso, é evidente é transparente que eu gostei demais de ouvir aqui falar em turismo cultural. É por isso que eu que tenho a honra, por ter sido convidado pelo governador Sartori para ser secretário de cultura e turismo, duas áreas tão bonitas, tão emblemáticas, fico feliz, por ter saído lá de manhã cedo de Porto Alegre para estar entre vocês, com vocês, com o passado, com o futuro que há de vir de uma comunidade que por seu protagonismo une forças para fazer a entrega desta maravilha.

Nota-se, inclusive, que, apesar do secretário gerenciar quatro áreas do governo, ele escolheu mencionar, nesta parte do discurso, apenas as de “cultura e turismo, duas áreas tão bonitas, tão emblemáticas”. Além disso, através de sua fala, de certo modo destoante pelo seu caráter poético em contraste com as demais, destacou que a sua presença na inauguração poderia ser entendida como uma forma de estar entre os presentes daquela localidade, interagindo com o passado da cidade e com o seu futuro, sendo a inauguração do Casarão entendida, mais uma vez, como uma solenidade, um marco que atuaria como elo de ligação entre o tempo pretérito e o porvir daquela comunidade. Ao final, percebe-se, novamente, a valorização do trabalho investido na obra, classificando-a como uma “maravilha”.

Se, por um lado, o governo do Estado relaciona o restauro do Casarão com atividades turísticas da região, por outro, também o faz o único representante de uma entidade do próprio distrito de Otávio Rocha entre os presentes da mesa. O presidente da Associação Amigos de Otávio Rocha, Remi Damin, se pronunciou sobre o tema da seguinte maneira:

Acredito que Otávio Rocha não será mais a mesma comunidade, após a inauguração desse empreendimento. Vai estimular ainda mais o desenvolvimento turístico, a agricultura e a indústria. Pode ter certeza, prefeito Lídio, Carlos Búrigo queria que levasse isso para o governo do Estado e as empresas parceiras, que Otávio Rocha vai ter muito a agradecer pela entrega dessa obra. Nossa comunidade se destaca pelos inúmeros turistas recebidos ao longo dos anos, mas com certeza haveremos de acolher muito mais. O casarão Veronese será objeto de estudo tanto na arquitetura como também contando sua história. Além dos vários pontos turísticos que temos, tenho certeza que todos que visitarem o Casarão Veronese vão levar consigo para suas cidades uma bela imagem desse local que está sendo entregue à comunidade e ao povo do Rio Grande do Sul.

Segundo Damin, a inauguração do Casarão dos Veronese pode ser entendida como um acontecimento de ruptura, com potencial para modificar Otávio Rocha. De acordo com ele, o bem irá desenvolver aspectos econômicos já existentes na economia da localidade, sobretudo no turismo, no qual, pela fala do presidente da entidade local, o Casarão será mais um ponto a merecer a visita de “inúmeros turistas recebidos ao longo dos anos” dentre os “vários pontos turísticos” já existentes na comunidade. É interessante notar que a ativação dessa memória de Otávio Rocha como um local que recebe muitos turistas é antiga e aparece em uma das falas citadas no capítulo 2 deste trabalho, datada da época do tombamento, quando um membro da comunidade afirmou que “aqui em Otávio Rocha, por incrível que pareça, nós temos visita de todo Brasil”. Por fim, destaca-se que além do uso do turismo, Damin enxerga o bem restaurado como um possível objeto de estudo, tanto da Arquitetura como da História.

Finalmente, o turismo aparece também na fala do cônsul italiano em Porto Alegre, Nicola Occhipinti:

A todos os arquitetos, engenheiros, representantes das autoridades públicas locais e centrais que conseguiram realizar este maravilhoso e espetacular projeto que além de ser inteligente, por que inteligente? Porque é sustentável, é arquitetura sustentável, então, para as gerações futuras será uma fonte de prosperidade para esta região, vai contribuir no incentivo do turismo nesta região, então estou realmente ansioso para entrar porque ainda não entrei no prédio.

Mais uma vez, uma série de memórias já ativadas aparecem na fala: a valorização da obra classificada como um “maravilhoso e espetacular projeto”; o seu uso através do turismo e seu potencial para se transformar em “uma fonte de prosperidade”, sendo tal motivo, em conjunto com a sua arquitetura sustentável, uma razão para classificá-la como uma obra inteligente, e, por último, o caráter de legado carregado pela edificação por ser uma fonte de prosperidade “para as gerações futuras”. Outro aspecto interessante notado nas falas do cônsul que gostaríamos de salientar não diz respeito à ativação de uma memória, mas sim a um elemento destacado por Weber (2004) como um dos motivos que levaram ao avanço dos italianos no processo de difusão de sua identidade, já explicado anteriormente. É possível perceber também no caso em análise a atuação da Itália como um “Estado Étnico” que contribui para tal promoção aqui no Brasil. A própria presença do cônsul já poderia ser entendida desta maneira. Mas, além disso, Nicola fez questão de compartilhar que

É realmente uma grande alegria, uma honra, estar aqui com vocês. Ontem, falei com o embaixador da Itália no Brasil, Antônio Bernardini sobre esta minha viagem aqui em Flores da Cunha, então ele me pediu de enviar o seu forte abraço a todos os

presentes porque está seguindo com muito interesse as dinâmicas da reaproximação dos últimos anos entre Itália e Brasil, especialmente entre Rio Grande do Sul e a Itália.

Diante disso, concluímos, através da análise dos pronunciamentos dos agentes entendidos nessa pesquisa como os principais responsáveis pelo “trabalho de enquadramento da memória” do Casarão dos Veronese, devido à posição que ocuparam e o espaço de fala que tiveram no momento crucial de reelaboração destas memórias, representado pela solenidade de inauguração deste bem edificado, que foi possível detectar uma série de “memórias oficiais” a respeito do referido bem, algumas delas já existentes desde a época do tombamento e que encontraram possibilidades de emergir com forças novamente.

Neste sentido, em primeiro lugar, destaca-se como memória mais presente a vinculação do Casarão dos Veronese à trajetória de Felice Veronese e sua família, uma memória já antiga, utilizada inclusive para ativar o valor considerado histórico do Casarão no momento de seu tombamento, e presente em praticamente todas as reportagens de jornais que tratam do imóvel. Em segundo lugar, vinculada com a memória da família Veronese, percebemos a reativação da memória do mito do imigrante representada pela figura de Felice como “desbravador” e relacionada também à memória do espírito empreendedor simbolizado por esse indivíduo, devido ao sucesso de sua produção de vinho, e por seu filho Luís, em função da fundação da empresa Veronese. Outra memória detectada, com forte relação com as anteriores, ainda que em apenas uma fala, foi a característica inerente de sucesso da etnia italiana, sendo essa vista como garantia de prosperidade e desenvolvimento em qualquer lugar que houvesse imigrantes de tal origem. Em terceiro lugar, detectou-se uma memória vinculada à valorização do trabalho expressa através de duas facetas: de um lado, o ótimo trabalho feito por Felice na construção do Casarão e, de outro, o ótimo trabalho realizado no restauro do bem, tanto por parte dos políticos e gestores públicos, quanto por parte dos profissionais vinculados à obra. E, por último, a reativação de uma memória presente desde a época do tombamento que diz respeito ao potencial econômico que o edifício pode exercer por meio da atividade turística, aproximando-o, sobretudo, da categoria de turismo étnico, por inseri-lo dentro da variedade de “produtos” (gastronomia, festividades, costumes) que o município mercantiliza propagandeados como “típicos da cultura italiana”, uma vez que repetidas vezes o bem foi descrito como “representante típico da arquitetura da imigração italiana”.

Fotografia 4 - Registro do público na cerimônia de inauguração do restauro do Casarão dos Veronese, no dia 15/12/17, com o referido bem ao fundo.



Fonte: Acervo do Jornal O Florense. Fotografado por Fabiano Provin. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OFlorense/posts/1622494761152930>> Acesso em 06/01/2018.

Fotografia 5 - Registro do público na cerimônia de inauguração do restauro do Casarão dos Veronese, no dia 15/12/17.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Flores da Cunha. Disponível em: <[http://www.floresdacunha.rs.gov.br/noticias\\_int.php?id=1093](http://www.floresdacunha.rs.gov.br/noticias_int.php?id=1093)> Acesso em 06/01/2018.

Fotografia 6 - Registro da mesa de autoridades que discursou na cerimônia de inauguração do restauro do Casarão dos Veronese, no dia 15/12/17.



Fonte: Acervo do Jornal O Florense. Fotografado por Fabiano Provin. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OFlorense/posts/1622494761152930>> Acesso em 06/01/2018.

## 5 – CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento da pesquisa, concluí que a construção do Casarão dos Veronese deu-se inserido no contexto de imigração italiana para o nordeste do Rio Grande do Sul, processo originado pela fuga das péssimas condições de vida encontradas na Península Itálica e pela abertura do Brasil a esses imigrantes que compuseram o processo de cunho “civilizatório” e racista que as elites imperiais lideraram para embranquecer a população e substituir a mão-de-obra escrava. Entre os inúmeros imigrantes que chegaram à região, esteve Felice Veronese, o qual se estabeleceu na área do atual município de Flores da Cunha, casou, prosperou a partir da produção de vinho, constituiu família e construiu uma casa de pedra de grande porte para a época, símbolo de sua prosperidade e de sua distinção social, além de útil para as atividades profissionais e familiares desenvolvidas.

Tendo sobrevivido às ações do tempo, a casa tornou-se uma das mais antigas construções do processo de imigração italiana na região e, no ano de 1986, um grupo de descendentes de imigrantes italianos do Distrito de Otávio Rocha encabeçou o projeto de tombá-la a fim de preservar a edificação. Tudo indica que, devido ao risco de desabamento, a casa foi tombada rapidamente. Ao analisar o processo de tombamento percebemos que os principais valores ativados para legitimar tal ação foram o arquitetônico mas, sobretudo, o histórico, a partir da tentativa de relacionar uma série de eventos vinculados com a Revolução Farroupilha e personagens de grande prestígio da política estadual com a existência do Casarão dos Veronese. Além disso, passamos a entender o ato do tombamento desta edificação como parte de um processo maior de sucesso do grupo de descendentes italianos em difundir sua identidade, fenômeno denominado por Weber (2004) de “avanço dos italianos”, o qual utilizou como mecanismo, além de uma série de outras ferramentas, a preservação do patrimônio material vinculado à imigração italiana. Por outro lado, o tombamento tornou-se possível, ou ao menos mais provável, por estar inserido em um contexto de valorização de diversos aspectos locais e étnicos por parte do CPHAE que, na visão do órgão, teriam composto o estado do Rio Grande do Sul, tendo, ao nosso entender, sofrido uma aceleração pelo estado de degradação do prédio, enquadrando-se, dessa maneira, em duas das categorias criadas por Dias (2012) para o caráter dos tombamentos na década de 1980: a do patrimônio degradado e a da valorização étnica.

Contudo, verificamos que, apesar do tombamento com caráter de urgência, o ato não teve um efeito imediato na preservação do bem. A situação do Casarão agravou-se, sobretudo após a queda do telhado que acelerou ainda mais o processo de deterioração. Foi apenas em 2015 que, via Lei de Incentivo à Cultura, e com o patrocínio de duas empresas do município de

Flores da Cunha, foi possível iniciar o processo de restauração do prédio, terminado em dezembro de 2017, com investimento de aproximadamente R\$ 3 milhões.

Diante dessa situação de restauro, o Casarão dos Veronese voltou a ser tema de discussão dentro do município e tal momento configurou-se em uma fase de reconstrução de memórias acerca da edificação a partir do contexto do presente. Com o objetivo de detectar e analisar estas memórias e suas relações com o grupo que encabeçou o processo de tombamento, procuramos suas presenças em três tipos distintos de fontes históricas: reportagens jornalísticas, uma entrevista de história oral e pronunciamentos e características da solenidade de inauguração do Casarão. Dessa maneira, percebemos que os jornais trouxeram uma memória que visava representar o Casarão como um prédio “típico da imigração italiana” no Rio Grande do Sul e, para isso, utilizava-se da trajetória da família do imigrante Felice Veronese e de sua prosperidade econômica, assim como das características arquitetônicas do imóvel.

Já a partir da análise da entrevista do jovem Alex Eberle, pudemos detectar memórias mais amplas que, ao mesmo tempo que dizem respeito ao Casarão dos Veronese, associam esse bem à difusão da cultura dos descendentes de imigrantes italianos no município. Segundo as memórias de Alex, Flores da Cunha estaria passando por um processo de perda da sua essência e da sua identidade, fenômeno que associamos com aquele descrito por Nora associado à criação de “lugares de memória”. Notamos ainda que o jovem acredita que políticas públicas deveriam ser realizadas para evitar que tal perda acontecesse, inserindo, dentro dessa perspectiva, a oficialização do “talian” e o restauro do Casarão dos Veronese. Para Alex, ao mesmo tempo que essas ações poderiam preservar a “cultura italiana” no município, serviriam também de instrumento de difusão dessa cultura e ainda seriam propulsoras do turismo.

Por último, ao presenciar a solenidade de inauguração do Casarão dos Veronese, pude analisar as memórias ativadas pelos agentes que entendo como parte fundamental do grupo dos “enquadradores da memória” da edificação. Dessa maneira, foi possível notar que a memória oficial sobre o imóvel é pautada por rememorações do mito do imigrante, o qual enxerga na figura de Felice Veronese um desbravador das matas virgens que prosperou a partir do seu trabalho árduo, evidenciando outros aspectos da identidade étnica dos descendentes de italianos, como a valorização de seu próprio trabalho e o espírito empreendedor atribuído como característica intrínseca dessa etnia. Ainda no caso do Casarão dos Veronese, esse aspecto foi rememorado a partir do próprio Felice, supostamente o maior produtor de vinhos da região na época, e de seu filho Luís, que teria aprendido química de forma autodidata e fundado uma grande empresa, hoje uma das maiores da cidade de Caxias do Sul. Além disso, foi possível destacar a reativação de memórias que vinculam o Casarão com seu potencial turístico,

existentes desde a época de seu tombamento. Isso nos levou a passar a ver na região características da categoria de turismo étnico trabalhada por Weber (2006), onde mercantilizam-se produtos associados a determinadas etnias, realizam-se alterações do meio para transformar a região em função dos turistas e busca-se apresentar os produtos vendidos como “típicos” da região, uma vez que o Casarão foi pensado como mais um dos muitos pontos turísticos a serem explorados no município, passando a fazer parte de uma espécie de cenário já constituído que passa pela degustação do vinho e pela apreciação da “culinária italiana”.

Com isso, defendemos que o tombamento e o restauro do Casarão dos Veronese podem ser entendidos tanto como partes do contínuo avanço dos italianos na difusão de sua identidade quanto como integrantes do movimento que valoriza certas etnias e passa a mercantilizá-las como “típicas”. Além disso, em âmbito local, tal processo serve para o grupo dos descendentes de italianos de Flores da Cunha reconstruir e reativar as suas memórias acerca do fenômeno imigratório na região e sentir-se confortado pelo “legado deixado para as próximas gerações”, acreditando que isso possa evitar a “perda de suas raízes ou essências” como grupo étnico.

## 6- LISTA DE FONTES PRIMÁRIAS

### A) Documento Oficial

IPHAE. **Processo de tombamento do Casarão dos Veronese**. Processo nº: 34.010-19.00/86. Portaria: 44/86 de 27/11/1986.

### B) Entrevista

EBERLE, Alex. **Entrevista I** [dez. 2017]. Entrevistador: Deiner Lucian Barili. Flores da Cunha, 2017. A entrevista encontra-se em arquivo de áudio (mp3) em posse de Deiner Lucian Barili.

### C) Fontes da Internet

DIOCESE DE CAXIAS DO SUL. **Festa de Nossa Senhora de Lourdes, em Antônio Prado**. Caxias do Sul, 2017. <<http://www.diocesedecaxias.org.br/noticias/festa-de-nossa-senhora-de-lourdes-em-antonio-prado>> Acessado em 22/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Antônio Prado**. Brasil, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/antonio-prado/panorama>> Acessado em 22/12/2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Flores da Cunha**. Brasil, 2017. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/flores-da-cunha/panorama>> Acessado em 22/12/2017.

IPHAE. **Casarão dos Veronese**: Lista de bens tombados. Rio Grande do Sul, [201-]. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=14813>>. Acessado em: 20 jul. 2017.

JORNAL O FLORENSE. **Antônio Prado promove a 37ª Noite Italiana**. Jornal O Florense, Flores da Cunha, 2017. Disponível em <<http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/antonio-prado-promove-a-37-noite-italiana/6944>> Acessado em 22/12/2107.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORES DA CUNHA. **Governador Sartori recebe convite para inauguração do Casarão dos Veronese**. Flores da Cunha, 2017. Disponível em <[http://floresdacunha.rs.gov.br/noticias\\_int.php?id=1038](http://floresdacunha.rs.gov.br/noticias_int.php?id=1038)> Acesso em 22/12/2017.

SECRETARIA DE CULTURA DO RIO GRANDE DO SUL. **Autorizado o início das obras de restauro do Casarão Veronese**. Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em:

<<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2015/04/autorizado-o-inicio-das-obras-de-restauro-do-casarao-veronese/>>. Acessado em: 20 jul. 2017

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE GARIBALDI. **Garibaldi Vintage**. Garibaldi, 2017. Disponível em <<http://turismo.garibaldi.rs.gov.br/feiras-eventos/garibaldi-vintage>>. Acessado em 22/12/2017.

BAGGIO, Camila. **Leão Alado: Símbolo de um território cristão e de paz**. Jornal o Florense, Flores da Cunha, 2013. Disponível em <<http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/leao-alado-simbolo-de-um-territorio-cristao-e-de-paz/3543>> Acessado em 22/12/2017.

GOBBI, Vitória. **5º Festival Nacional da Massa inicia nesta sexta-feira em Antônio Prado**. Caxias do Sul, 2017. Disponível em <<http://leouve.com.br/5o-festival-nacional-da-massa-inicia-nesta-sexta-feira-em-antonio-prado/>> Acessado em 22/12/2017.

LOPES, Rodrigo. **Casarão dos Veronese, um clássico de Flores da Cunha**. Jornal O Pioneiro, Caxias do Sul, 2016. Disponível em <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2016/06/casarao-dos-veronese-um-classico-de-flores-da-cunha-5902038.html>> Acessado em 22/12/2017.

MOLON, Floriano. **Iniciativas e Tratavias de Restauração**. Flores da Cunha, 2009. Disponível em <<http://casaraodosveronese.blogspot.com.br/search?updated-max=2009-11-25T12:53:00-08:00&max-results=7>> Acessado em: 22/12/2017.

MOLON, Floriano. **Festa da Colônia em Otávio Rocha**. Flores da Cunha, 2011. Disponível em <<http://amigosotaviorocha.blogspot.com.br/>> Acessado em 22/12/2017.

NOAL, Flavia. **Maior produtor de vinhos do país, Flores da Cunha abre Tempo de Vindima**. Porto Alegre, 2017. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/01/maior-produtor-de-vinhos-do-pais-flores-da-cunha-abre-tempo-de-vindima-cj5wkokj41uehxbj0sk1mi9fr.html>> Acessado em 05/01/2017.

OTOBELLI, Danúbia. **Casarão Veronese prestes a ser restaurado**. Jornal O Florense, Flores da Cunha, 2012. Disponível em <<http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/caderno-de-sabado/8/casarao-veronese-prestes-a-ser-restaurado/3144>> Acessado em 22/12/2017.

PELISSER, Kelly. **Ordem do início das obras do Casarão Veronese, de Flores, será assinada**. Jornal O Pioneiro, Caxias do Sul, 2015. Disponível em <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/04/ordem-de-inicio-das-obras-do-casarao-veronese-de-flores-sera-assinada-4730922.html>> Acessado em 22/12/2017.

PROVIN, Fabiano. **Menarosto é instituído prato típico de Flores.** Jornal O Florense, Flores da Cunha, 2010. Disponível em <<http://www.jornaloflorense.com.br/noticia/geral/7/menarosto-e-instituido-prato-tipico-de-flores/1062>> Acessado em 22/12/2017.

VAILATTI, Gissely. **História de Flores da Cunha.** Prefeitura Municipal: Flores da Cunha, 2017. Disponível em: <<http://www.floresdacunha.rs.gov.br/secao.php?id=2>>. Acessado em 20/07/2017.

#### **D) LEI**

FLORES DA CUNHA. Lei nº 3.180, de 20 de abril de 2015. Dispõe sobre a cooficialização da língua do “talian”, à língua portuguesa, no município de Flores da Cunha. **Prefeitura Municipal de Flores da Cunha**, Flores da Cunha, RS, 27 de abril de 2015.

## 7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In PINSKY, Carla (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 155-203.
- AZEVEDO, Thales de. **Os italianos no Rio Grande do Sul**: cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.
- BENEDUZI, Luís Fernando. Conquista da terra e civilização do gentio: o fenômeno imigratório italiano no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: **Anos Noventa**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 271-294, Jan./dez. 2005.
- BRAGA, Políbio; CERUTTI, Ayres (Orgs). **Programa Caxias do Sul 1986**. Porto Alegre: Intermédio, 1986.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 5ª ed., 2006.
- DIAS, Guilherme. **O patrimônio material no Estado do Rio Grande do Sul**: Política, ações e preservação. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. SP: Edições Vértice. 1990. © 1950, Presses Universitaires de France.
- HARTOG, François. O tempo desorientado: Tempo e História “Como escrever a história da França? Porto Alegre: **Anos Noventa**, Porto Alegre, v. 5, n. 7, p. 7-28, jul./1997. Tradução de Eliane Cezar.
- HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. RJ: Aeroplano, 2000.
- LEWGOY, Bernardo. **A invenção de um patrimônio**: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado-RS. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 1992.
- \_\_\_\_\_. Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 5, n. 5-6, p. 1-24, 1996.
- MOLON, Floriano. **Otávio Rocha**: Cem anos de vida colonial. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982. 448p.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos Lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez./1993. Tradução de Yara Aun Khoury.

- PETERSEN, Sílvia R. F. & LOVATO, Bárbara H. **Introdução ao estudo da história: temas e textos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013.
- POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p. 3-15, 1989. Tradução de Dora Rocha Flaksman.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Tradução de Monique Augras.
- POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
- POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13-24. jan/jun.2000.
- SANTOS, Miriam de Oliveira. A colonização italiana para o Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos. ZANINI, Maria Catarina C. (orgs.). **Migrantes no Sul do Brasil**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010. p. 153-172.
- SARETTA, Carla. **Do galo da vergonha ao galo da prosperidade**. Flores da Cunha: 2013.
- VAILATTI, Gissely Lovatto; MAZZAROTTO, Graziela (Org.). **Nossa história: De Nova Trento a Flores da Cunha**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2006.
- VERONESE, Nely. **História de um imigrante - Felice Veronese**. Caxias do Sul, Academia Caxiense de Letras, 1982.
- WEBER, Regina. O avanço dos “italianos”. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, p. 75-94, dez./2004.
- WEBER, ROSWITHIA. **Mosaico Identitário: História, Identidade, e turismo nos municípios da Rota Romântica**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul: A atribuição de Valores a uma memória coletiva edificada para o Estado**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- ZANINI, Maria Catarina(Org.). TEDESCO, João Carlos(Org.). **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.